



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO Nº 3217/2025**

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, por intermédio do(a) Pregoeiro/Agente de Contratação **INÊS RAQUEL DA LUZ SILVA**, designado(a) pela **PORTARIA PORTARIA Diger N. 138 DE 27 DE MARÇO DE 2026.**, torna público, que, na forma da **Lei n.º 14.133/2021, IN SEGES/ME Nº 73/2022, Decretos nºs 11.246/2022, 11.462/2023 e 7.174/2010, da Lei Complementar nº 123/2006, e da Lei nº 8.078/1990** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DE ENTREGA DO EDITAL:** Dia **16/06/2026**, no endereço:  
<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**DATA DE ENTREGA DE PROPOSTA:** A partir da entrega do Edital, no endereço:  
<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço

**MODO DE DISPUTA:** Aberto/LOTE ÚNICO

**EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS:** Não.

**DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:** Dia **30/06/2026, às 09:00h (nove horas)** - Horário de Brasília/DF.

**LOCAL:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**CÓDIGO UASG:** 080003

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação, por meio de registro de preço, de créditos para subscrições de produtos e serviços da linha Red Hat Enterprise e demais correlatos com suporte e manutenção; créditos de unidade de treinamento oficial Red Hat e serviço técnico especializado para o ecossistema de produtos da linha Red Hat, conforme especificações técnicas, condições e prazos definidos no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

**1.1.1.** Em caso de discordância entre as especificações constantes do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, deste Edital e as previstas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerão as primeiras.

**2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**2.1.A** Ata de Registro de preços a ser formalizada pelo **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO** terá **validade/vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, que poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso,** conforme constam dos termos dos Arts. 84 da Lei nº 14.133/2021 c/c Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

**2.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fato da existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada/justificada, sendo assegurado ao detentor da Ata preferência de fornecimento em igualdade de condições, conforme previsto dos **Arts. 83 da Lei nº 14.133/2021 c/c Art. 21 do Decreto nº 11.462/2023**.

**3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018 e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**3.1.1.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

**3.1.2.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **SICAF**, **que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.**

**3.1.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**3.1.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou àqueles que se tornem desatualizados.

**3.1.5.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.2.** O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizadas nas Unidades da Federação.

**3.3.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

**3.3.1.** O uso de senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRT 8ª Região responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.4.** O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** Como requisito para participar neste Pregão, a licitante deverá efetivar, em campos próprios do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

**3.5.1.** Declaração quanto à ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como quanto ao pleno cumprimento dos requisitos de habilitação definidos no edital;

**3.5.2.** Declaração quanto à inexistência de fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**3.5.3.** Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, no sentido de que a Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso, está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

**3.5.4.** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

(dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**3.5.5.** Declaração Independente de Proposta, conforme modelo disponível no sistema Compras Governamentais.

**3.6.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

**3.7.** A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos.

**3.8. Não poderão participar deste Pregão:**

**3.8.1.** Sociedade empresária ou Empresário individual impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

**3.8.2.** Sociedade empresária ou Empresário individual suspenso (a) de participar de licitação e impedido de contratar com o TRT 8ª Região, durante o prazo da sanção aplicada;

**3.8.3.** Sociedade empresária ou Empresário individual declarado (a) inidôneo (a) para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**3.8.4.** Sociedade empresária ou Empresário individual cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto do presente Pregão;

**3.8.5.** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

**3.8.6.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**3.8.7.** Sociedade empresária ou Empresário individual que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

**3.8.7.1.** Não se enquadram no impedimento definido nesse item, as empresas em recuperação judicial que apresentarem **certidão** emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, onde **comprove estar apta economicamente a participar de procedimento licitatório.**

**3.8.7.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**3.8.8.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s)/apenso(s);

**3.8.9.** Que se enquadrem nas **vedações** previstas no **artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021**, no que for aplicável ao objeto desta licitação, onde se normatiza que **não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**

**3.8.10.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**3.8.10.1.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.8.10.2.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive em face do licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, como intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (§ 1º, Art. 14, Lei nº 14.133/2021).

**3.8.10.3.** DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA EM CONSÓRCIO (art. 15 da Lei nº 14.133/2021)

- Complexidade Técnica e Unicidade de Responsabilidade: O objeto desta contratação não se resume ao mero fornecimento de subscrição de software e treinamento, mas conta com a execução de serviços de alta complexidade. A fragmentação da execução entre diferentes consorciadas geraria riscos à execução do contrato. A Administração exige a responsabilidade solidária e técnica inafastável de uma única pessoa jurídica para garantir a integridade da arquitetura lógica e física.

- Suficiência de Mercado: Conforme apurado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR), o montante estimado de R\$ 25.547.789,00 é plenamente compatível com o porte de inúmeras empresas do setor de TIC que atuam isoladamente no mercado nacional, de modo que a vedação não compromete a competitividade do certame.

**3.8.10.4.** Aquele que mantenha **vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil** com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.8.10.5.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.8.10.6.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026  
REGISTRO DE PREÇOS

divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.8.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.8.12. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

3.8.13. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

3.9. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.1.1. Como o objeto desta licitação não é **exclusivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, a assinalação do campo "não" em nada impedirá o prosseguimento no certame;

3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.9.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.10. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.11. Considerando o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República, que consagra poder/dever à Administração de garantir a razoável duração do processo administrativo e meios que garantam a celeridade de sua tramitação; considerando o respeito ao devido processo administrativo, ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, na forma do artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição da República; considerando a adequação entre meios e fins estritamente necessários ao atendimento do interesse público (artigo 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei n. 9.784/1999); considerando, finalmente, o princípio do julgamento objetivo (artigo 5º, "caput", da Lei n. 14.133/2021) e a possibilidade de a Administração estipular, previamente, condições editalícias, o LICITANTE que participar do certame toma ciência de que, caso seja contratado, deverá dispor de um endereço de **e-mail válido**, o qual será fornecido, no ato da contratação, e que será utilizado para o recebimento de todo e qualquer tipo direto de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo TRIBUNAL.

**4. DA VISTORIA.**

4.1. Não se aplica

**5. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas de lances e de julgamento;

5.2. A licitante deverá **cadastrar proposta**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, **até a data e horário marcados para abertura da sessão pública**, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.3. O cadastro da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e) O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

5.4.1. A falsidade da declaração de que trata este subitem sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

5.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**5.6.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

**5.7.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação quando solicitados caso constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**5.8.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação quando solicitada, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**5.9.** Até à abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema.

**5.10.** As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

**5.11.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem a convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas do compromisso assumido.

**5.12.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de contratação e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

**5.13.** Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa em desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**5.14.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**5.15.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**5.16.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.17.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**a)** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**b)** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea acima.

**5.18.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**a)** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**b)** percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

**6.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, a ser conduzida pelo Agente de contratação, dar-se-á automaticamente, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**6.2.** A comunicação entre o(a) Agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**6.3.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**6.4.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.**

**7.1.** O(A) Agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, nos termos do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021, motivadamente, aquelas que:

**I** - contiverem vícios insanáveis;

**II** - não obedecerem/apresentarem os requisitos e especificações técnicas pormenorizadas estabelecidas neste Edital em seu **ANEXO I - Termo de Referência**;

**III** - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

**IV** - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**V** - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**7.1.1.** O(A) Agente de contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRT 8ª ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**7.1.2.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**7.1.3.** A desclassificação será sempre **fundamentada e registrada** no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.1.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.1.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.1.6.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**7.2.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, conforme consta do **Art. 60 da Lei nº 14.133/2021:**

**I** - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação no prazo de 5 minutos;

**II** - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei quanto à execução de objeto(s) igual(is) ou similar(es) ao(s) ora licitado(s) neste certame prestado(s) à iniciativa pública ou privada, podendo, neste último caso, serem realizadas diligências pelo pregoeiro(a)/agente de contratação, para verificar a sua regularidade e veracidade;

**III** - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento previsto no § 1º, Art. 5º do Decreto nº 11.430/2023, a serem comprovadas pelas empresas licitantes, respeitada a seguinte ordem:

**a)** medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

**b)** ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

**c)** igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

**d)** práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

**e)** programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

**f)** ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

**IV** - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.2.1.** Será concedido o prazo de 2:00h às empresas licitantes comprovarem o efetivo cumprimento de cada um dos **itens II a IV do subitem 7.2** acima.

**7.2.2.** Caso ainda permaneçam empatadas às propostas, em igualdade de condições, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**I** - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**II** - empresas brasileiras;

**III** - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**IV** - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, sendo essa práticas referentes às mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros

**7.2.3.** As regras previstas no **subitem 7.2** não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**7.2.4.** durante o julgamento, também poderá ocorrer empate entre duas ou mais propostas, pelo que o agente de contratação/pregoeiro, após observar informação automática do Sistema do Governo Federal - Compras.gov.br, notifica e oferece a opção de retornar o item para a disputa final.

**7.2.5.** Persistindo o empate, será realizado **sorteio** em sessão pública entre os licitantes empatados, conforme previsto no § 2º do Art. 28 da Instrução Normativa nº 73/2022, criado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024.

**7.2.5.1.** Na hipótese de a sessão pública de sorteio ser efetuada de forma presencial, deverá ser transmitida em canal oficial deste Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e será observada a seguinte sequência de procedimentos:

**I** - os nomes das licitantes que se encontram em situação de empate serão consignados em papelotes individuais, devidamente registrados em tipografia legível e de fácil visualização;

**II** - antes do sorteio, deverão ser demonstrados a todos os participantes da sessão o conteúdo impresso dos papelotes individuais, de maneira a assegurar a transparência e a equidade do procedimento;

**III** - os papelotes individuais serão dobrados de modo a evitar a prévia e indevida identificação dos licitantes;

**IV** - os papelotes serão introduzidos em um recipiente adequado para realização do sorteio, e em conformidade com as circunstâncias e as necessidades da sessão, poderá ser utilizada a mão humana ou outros recipientes que viabilizem a mistura dos papelotes individuais;

**V** - após a devida mistura dos papelotes individuais, um servidor de apoio técnico procederá ao sorteio, e, imediatamente após a seleção, o resultado do vencedor será divulgado a todos os participantes da sessão;

**VI** - serão realizados tantos outros sorteios que se fizerem necessários para definir as demais ordens de classificação, em caso de empate entre três ou mais empresas, a fim de assegurar a lisura do sorteio;

**VII** - a sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial deste Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

**7.3.** Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

**8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES.**

**8.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro de cada lance.

**8.2.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas, com **critério de julgamento MENOR PREÇO**, sendo o valor referencial do certame aquele que se encontra **ESTIMADO**

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

por esta administração no **item 12 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

**8.2.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será **prorrogada automaticamente** pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.2.2.** A **prorrogação automática** da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.2.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**8.2.4.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**8.2.5.** *O intervalo mínimo de diferença percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,90% (noventa centésimo por cento) do valor estimado.*

**8.2.6.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**8.3.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor/percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.4.** A licitante somente poderá oferecer lance de preço inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**8.5.** Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro. **(Observar o Art. 60 da Lei nº 14.113/2021)**

**8.6.** Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do **MENOR lance registrado**, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**8.7.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**8.7.1.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**8.8.** Durante a fase de lances, o(a) Agente de contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor/percentual for considerado inexequível.

**8.9.** Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

**8.10.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta.

**8.11.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações (§ 4º, Art. 56, Lei nº 14.133/2021).

8.11.1. Após o reinício previsto neste subitem, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**9. DA DESCONEXÃO DO(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO.**

9.1. Se ocorrer a desconexão do(a) Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances e se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.2. No caso de desconexão com o(a) Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.3. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Agente de Contratação\ aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**10. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.**

10.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte **até 5% (cinco por cento) superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:**

10.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

10.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita neste item do edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta Condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

10.2. Na hipótese da não adjudicação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor máximo aceitável para a contratação e a licitante for considerada habilitada.

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**11. DA NEGOCIAÇÃO.**

**11.1.** Encerrada a etapa de lances, o(a) Agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

**11.1.1.** Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, quando for o caso, o Agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**11.1.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**11.1.3.** Também nas hipóteses em que o Agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.

**11.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**11.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**11.4.** Conforme consta do **Art. 29 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73/2022**, encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos **arts. 33 e 34** dessa mesma Instrução, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

**11.5.** Após a negociação, o Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.**

**12.1.** O Agente de contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da convocação no sistema do anexo pelo Agente de contratação, envie a **proposta adequada ao último lance ofertado**, conforme o **Anexo II – Modelo de Proposta Escrita**, após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos **documentos complementares**, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**12.1.1.** É facultado ao Agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**12.1.2.** A proposta comercial a ser encaminhada deverá também ser apresentada na forma e requisitos indicados nas alíneas seguintes:

**a)** De preferência impressa em papel timbrado, redigida com clareza, sem



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

emenda, rasura, acréscimo ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas;

**b)** Fazer menção ao número deste Pregão Eletrônico e conter a razão social da licitante, o CNPJ, podendo indicar o endereço com o CEP, o número de telefone e/ou fax e e-mail, se houver, o banco, a agência e os respectivos códigos e o número da conta corrente para efeito de emissão de nota de empenho, formalização do contrato e posterior pagamento;

**c)** Declarar nome, estado civil, profissão, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, fax, e-mail e cargo na empresa da pessoa que ficará responsável pela assinatura do contrato;

**d)** Declarar concordância com o prazo de entrega, como também, com as demais condições previstas no **Termo de Referência, Anexo I** deste Edital.

**e)** Declarar o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

**e.1)** Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, ele será considerado como aceito para efeito de validade da mesma;

**f)** Conter descrição detalhada do(s) item(ns) proposto(s), atendendo aos quantitativos e às especificações mínimas descritas no **Anexo I – Termo de Referência** e em seu(s) anexo(s)/apenso(s), indicando os números de identificação dos objetos ofertados.

**12.2.** A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**12.3.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Agente de contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ofertado com o **valor máximo** para a contratação neste Edital e em seu(s) anexo(s)/apenso(s), observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, e em relação à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

**12.3.1.** O(A) Agente de contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRIBUNAL ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**12.4.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**12.5.** Não serão aceitas propostas com valores unitários e global superiores aos **valores máximos** ou com preços manifestamente **inexequíveis**.

**12.5.1.** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, que só será considerada após diligência do Agente de contratação, que comprove:

**a)** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**12.6.** Não serão aceitas propostas com valores unitários e global superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

12.6.1. Considerar-se-á inexecuível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão, pelo que se poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (§ 2º, Art. 59, Lei nº 14.133/2021).

12.6.2. A análise acerca da inexecuibilidade da proposta se deterá tanto em face de cada item quanto em relação ao seu valor global (2190/2024 Plenário).

**12.7.** Erros e omissões existentes nas propostas comerciais inicialmente enviadas poderão ser retificados pelo licitante, após solicitação ou consentimento do(a) Agente de contratação, desde que nenhum dos preços finais ofertados para cada um do(s) item(ns) sofra(m) acréscimo(s).

**12.7.1.** Será **desclassificada** a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de contratação e/ou que:

**a)** contiver vícios insanáveis;

**b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no **ANEXO I - Termo de Referência;**

**c)** apresentar preços inexecuíveis, conforme consta do **subitem 12.5** acima, ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração nos termos das **alíneas do subitem 12.5.1** acima;

**e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seu(s) anexo(s)/apenso(s), desde que insanável.

**12.8.** Para efeito de aceitação da melhor proposta comercial, somente serão consideradas no preço proposto duas casas decimais, para os valores unitários e totais.

**12.9.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**12.10.** O Agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no **prazo de 2(duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**12.10.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo **Agente de contratação** por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo **Agente de contratação**.

**12.10.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo **Agente de contratação**, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo **Agente de contratação**, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**12.11.** Se a proposta não for aceitável ou se a licitante deixar de reenviar a proposta ou não atender às exigências habilitatórias, o(a) **Agente de**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**contratação** examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

**13. DAS AMOSTRAS.**

13.1. Não se aplica ao objeto a ser licitado.

**14. DA HABILITAÇÃO.**

14.1. A habilitação parcial das licitantes será verificada por meio do **SICAF**, nos níveis de validade I, II, III, IV e VI, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

14.1.1. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no **SICAF** deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

14.1.2. É dever e responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN nº 3/2018, art. 7º, caput), para que estejam consistentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada/ajustada/retificada.

14.1.3. O descumprimento do subitem acima poderá implicar na inabilitação/desclassificação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo **Agente de contratação** lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

14.1.4. A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante melhor classificado.

**14.2. Os licitantes deverão apresentar nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/21, a seguinte documentação complementar:**

**a.1)** A empresa deverá comprovar que possui capacidade técnica para a prestação do serviço. A comprovação deverá ocorrer da seguinte forma: apresentação de Atestado(s) ou declaração(ões), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a execução de contrato(s) conforme item 6.2. do Termo de referência.

**a.2)** Ficam vedadas as exigências de quantidades mínimas de atestados ou declarações de capacidade técnica e/ou prazos máximos com relação às datas em que foram expedidos;

**a.3)** O licitante tem a liberdade de apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar sua aptidão;

**a.4)** O licitante que for convocado deverá atender o que consta o item 6.2 e subitens do Termo de Referência;

**a.5)** Cabe ao **Agente de contratação** em conjunto com a Área Técnica Demandante,

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

durante o exame da documentação de habilitação, analisar o conteúdo dos atestados e pronunciar-se quanto à suficiência deles, podendo concluir, motivadamente, com base em critérios objetivos já prefixados neste edital, que o somatório dos atestados apresentados por um único licitante não é suficiente para habilitá-lo, ou, da mesma forma, habilitar licitante que apresente um único atestado;

**b)** Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo aceitável da contratação, a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados pelo SICAF;

**b.1)** Conforme consta do **inc. I, Art. 69, Lei nº 14.133/2021**, o **Balanço Patrimonial** deverá ser apresentado quanto aos 2 (dois) últimos exercícios sociais devidamente registrados na forma das normas aplicáveis ao caso;

**b.1.1)** O **Balanço Patrimonial** limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º, Art. 69, Lei nº 14.133/2021).

**b.1.2)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme reza o § 1º, Art. 65, Lei nº 14.133/2021.

**b.1.3)** O licitante enquadrado como microempreendedor individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado, apenas, da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**b.1.3.1)** Quanto à obrigatoriedade da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, previstos no inciso I do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, salvo se a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos, (art. 69, § 6º, da Lei nº 14.133/2021), não estará dispensada, em razão do Princípio da Especificidade da Norma, uma vez que Lei nº 14.133/21 é a norma específica para licitações e contratos, e assim, deve ser aplicada ao caso concreto, posto inexistir expressa dispensa no art. 69, em razão da natureza constitutiva da licitante.

**c)** A certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em Consulta - Cadastro - Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira, devendo ser verificado o registro dos dados referentes à Certificação de Falência / Recuperação, (Código de Controle da Certidão, Data da Emissão e Data de Validade).

**c.1)** Na ausência de total documento no SICAF, a licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão ou, na omissão desta, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua apresentação, exceto quando a pessoa jurídica não se sujeitar à falência, como no caso das cooperativas, conforme art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 6 de dezembro de 1971.

**d)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

**14.3.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2:00h, prorrogável por igual período, contado da solicitação do **Agente de contratação**, cujo prazo poderá coincidir com aquele previsto no **subitem 14.1** deste Edital.

**14.4.** O(A) **Agente de contratação** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

**14.4.1.** O **Agente de contratação**, verificará durante a fase de habilitação da empresa, nos termos do **acórdão 1793/2011 do TCU**:

**a)** A existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP/CGU;

**b)** A existência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do **CNJ**;

**c)** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do **Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

**d)** A **composição societária das empresas** a serem contratadas no sistema Sicafe a fim de certificarem se entre os sócios há servidores do próprio órgão/entidade contratante, abstendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**14.4.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**14.4.2.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor/Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**14.4.2.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**14.4.2.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**14.4.3.** Constatada a existência de sanção, o **Agente de contratação**/licitante reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**14.5.** Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, inclusive os relativos à regularidade da documentação vencida, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços readequada de que cuida o subitem **14.1** ou **nos moldes do 14.14** deste edital.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026  
REGISTRO DE PREÇOS

**14.6.** Em caráter de diligência, os documentos poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo **Agente de contratação**, à Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na **Tv. Dom Pedro I, Bairro - Umarizal, nº 746, 2º andar, ANEXO/BLOCO IV, CEP 66.050-100, Belém/PA.**

**14.7.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

**14.8.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

**14.9.** Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

**14.10.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**14.11.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como **microempresa ou empresa de pequeno porte**, uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**14.11.1.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital (**Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021**), sendo **facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação**, para a assinatura do contrato ou **revogar a licitação**.

**14.12.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o **Agente de contratação** suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**14.13.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, contado de sua solicitação, sob pena de inabilitação.

**14.14.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**14.15.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**14.16.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **ANEXO I - Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado que não seja ME/EPP.

**14.18.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme reza o § 1º, Art. 65, Lei nº 14.133/2021.

**14.19.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**14.20.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**14.21.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**I** - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**II** - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**14.22.** As **habilitações fiscal, social e trabalhista** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos (Art. 68 da Lei 14.133/2021):

**I** - a **inscrição** no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**II** - a **inscrição** no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**III** - a **regularidade** perante a **Fazenda federal, estadual e/ou municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**IV** - a **regularidade** relativa à **Seguridade Social e ao FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**V** - a **regularidade** perante a **Justiça do Trabalho**;

**VI** - o cumprimento do disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**.

**14.22.1.** A comprovação das habilitações previstas nos **itens III a V** deste subitem deverá ser feita na forma da legislação específica ou mediante a perfeita regularidade da **certidão SICAF** prevista no **subitem 14.1** deste item;

**14.22.2.** Todos os documentos previstos nos incisos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico (§ 1º, Art. 68 - Lei 14.133/2021).

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026  
REGISTRO DE PREÇOS

**14.23.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o **Agente de contratação** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**14.24.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**14.25.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

**15. DO ENCAMINHAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES.**

**15.1.** Todos os documentos exigidos para fins de PROPOSTA e HABILITAÇÃO deverão estar disponibilizados no site do [COMPRASGOVERNAMENTAIS](#), até antes da data e hora previstas para a abertura do certame, conforme consta do **subitem 5.2**; salvo as exceções previstas nos subitens **12.1, 12.9 e 14.13** deste edital.

**16. DA DEMONSTRAÇÃO DO(S) OBJETO(S).**

**16.1.** Não se aplica a este Pregão.

**17. DO RECURSO.**

**17.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, **será concedido o prazo do sistema comprasnet**, para que **qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer**, de forma **motivada**, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**17.2.** O(A) **Agente de contratação** fará **juízo de admissibilidade da intenção de recurso** manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

**17.2.1.** Nesse momento o(a) **Agente de contratação** não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**17.3.** Uma vez admitida a intenção de recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias úteis para apresentar as razões**, pelo sistema eletrônico, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, ficando os **demais licitantes**, desde logo, **intimados** para, querendo, **apresentarem contrarrazões** também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias úteis**, que começarão a contar do término desse prazo do recorrente ou da intimação pessoal, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**17.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**17.4.1.** A apreciação dar-se-á em fase única.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**17.5.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**17.7.0** recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**17.8.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.9.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**17.10.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando a AUTORIDADE SUPERIOR autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

**17.11.** As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Agente de contratação** serão apreciados pela autoridade competente.

**18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

**18.1.** Observando o **Art. 44/IN SEGES/ME n.º 73/2022**, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **AUTORIDADE SUPERIOR** para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, que ainda, conforme o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021, poderá:

**I** - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**II** - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**III** - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

**18.2.** O objeto deste Pregão será adjudicado ao(s) vencedor(es) do(s) respectivo(s) **LOTE ÚNICO**.

**19. DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PREGOEIRO(A)/AGENTE DE CONTRATAÇÃO.**

**19.1.** Caberá(ão) ao(à) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação, as atribuições dispostas no art. 14 do Decreto nº 11.246/2022 que regulamenta o disposto no art. 8º, §3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**19.2.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

**19.3.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o saneamento da proposta por conta de erros formais ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

<b>20. DAS ATRIBUIÇÕES DO <u>PRESIDENTE</u> DO TRIBUNAL.</b>
--

20.1. AO **PRESIDENTE** caberá:

20.1.1. Determinar o **retorno dos autos** para **saneamento de irregularidades**;

20.1.2. **Adjudicar** o objeto deste Pregão à licitante vencedora, se houver interposição de recurso;

20.1.3. **Homologar** o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;

20.1.4. **Anular** este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sempre que presente ilegalidade insanável;

20.1.5. **Revogar** este Pregão, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

20.2. A autoridade superior poderá **revogar** o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá **anular** por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados na forma do CAPÍTULO XV da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022;

20.3. Nos casos de **anulação** e **revogação**, deverá ser **assegurada a prévia manifestação dos interessados**;

20.3.1. O **motivo determinante para a revogação** do processo licitatório deverá ser **resultante de fato superveniente devidamente comprovado**.

<b>21. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.</b>
---

21.1. Após homologado o resultado deste Pregão, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis e nas condições estabelecidas neste edital, contado da data do recebimento da convocação formal**, sob pena de decadência do direito e sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021**, a Administração do TRIBUNAL, na qualidade de Órgão Gerenciador, **convocará o licitante mais bem classificado para assinatura da Ata de Registro de Preço**, bem como os demais classificados que aceitarem cotar o(s) objeto(s) desta licitação com preços iguais aos do adjudicatário e aqueles que mantiverem sua proposta original, obedecida à ordem de classificação dos licitantes e aos quantitativos propostos, conforme consta do **Art. 19 do Decreto nº 11.462/2023**.

21.1.1. O **prazo de convocação** poderá ser **prorrogado uma vez, por igual período**, por motivo justificado e aceito pelo TRIBUNAL, mediante solicitação do licitante mais bem classificado, desde que:

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;  
e



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**II** - a justificação apresentada seja aceita pela Administração.

**21.1.2.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**21.2.** Serão registrados na ata os preços os quantitativos do adjudicatário, conforme consta do **inc. I, Art. 18 do Decreto nº 11.462/2023**.

**20.3.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**21.4.** O TRIBUNAL informará as licitantes classificadas e convocadas, indicando o local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

**21.5.** É facultado à Administração, quando o convocado deixar de assinar a ata de registro de preços no prazo acima e condições estabelecidos neste edital, convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme consta do **Art. 20 do Decreto nº 11.462/2023**.

**21.5.1.** Na hipótese dos licitantes que constarem da formação do cadastro de reserva na condição de cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação, deixarem de aceitar a contratação nos termos do disposto no **caput** deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**I** - convocar para negociação os licitantes de **que mantiverem sua proposta original**, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**II** - adjudicar e firmar a **Ata de Registro de Preços** nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**21.5.2.** A recusa injustificada do fornecedor/licitante mais bem classificado em assinar a **Ata de Registro de Preços**, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**21.6.** A formação do cadastro de reserva está prevista no **inc. VII do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021** e **incs. XII do Art. 15 e II do Art. 18 do Decreto nº 11.462/2023** e somente será utilizado no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da **Ata de Registro de Preços**.

**21.6.1.** No momento da **Homologação**, a Autoridade Competente informará **data/hora** referente ao final do Cadastro de Reserva que envolverá somente item(ns)/lote(s) com PROPOSTAS ADJUDICADAS.

**21.6.2.** Após informar **data/hora (mínimo de 24hs)** para formação do cadastro de reserva, a autoridade competente deverá clicar em "CONVOCAR", para, logo em seguida, o sistema enviar, automaticamente, **e-mail** a todos os fornecedores com propostas NÃO RECUSADAS para que eles possam aderir ao Cadastro de Reserva pelo preço do primeiro colocado desconsiderando margem de preferência [exceto para o(s) fornecedor(es) vencedor(es) do item(ns)/lote(s)].

**21.6.2.1.** O **e-mail** deverá conter, além da **identificação** da licitação/item(ns)/lote(s), a **quantidade** que será fornecida pelo fornecedor (obtida da proposta do fornecedor), o **preço** e a **data/hora** estabelecidas ao

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

final para a formação do Cadastro de Reserva.

**21.6.2.2.** Antes de solicitar **Data/Hora** do Cadastro de Reserva, o sistema verificará se há ou não há fornecedores aptos a esse Cadastro.

**21.6.2.3.** Se não houver ninguém apto, o sistema apenas mostra uma mensagem de alerta para o Ordenador de Despesas e lança um evento diferente, para deixar registrado que não houve a formação de Cadastro de Reserva devido à falta de fornecedores aptos.

**21.6.2.4.** Caso haja fornecedores para convocação de cadastro reserva, será fornecida pelo sistema a opção à Autoridade Competente para informar o prazo.

**21.6.3.** Observando os elementos previstos no **subitem 21.6.2.1**, as licitantes interessadas deverão registrar no sistema Comprasnet interesse de fazer parte do cadastro de reserva para o fornecimento de um(ns) item(ns)/lote(s), ao mesmo preço do vencedor do certame.

**21.6.4.** A empresa licitante, visando fazer parte do Cadastro de Reserva, via sistema Comprasnet, deverá clicar em "**PARTICIPAR**" para fins de participação no Cadastro Reserva; após, basta selecionar o(s) item(ns)/lote(s) e confirmar a participação em "**participar**" e "**OK**", passando efetivamente a fazer parte do Cadastro de Reserva.

**21.6.4.1.** Após a seleção e confirmação pelo fornecedor, o sistema apresenta uma mensagem de confirmação indicando que o fornecedor aceita fornecer a quantidade ofertada por ele de itens ao preço do Cadastro de Reserva;

**21.7.** O **registro dos licitantes para formação do cadastro de reserva** que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação, assim como dos que mantiverem sua proposta original, deverá constar na **forma de anexo** à ata de registro de preços;

**21.8.** Para fins de **determinação da ordem de classificação** quando da **formação do cadastro de reserva**, os licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário **antecedem** aqueles que mantiverem sua proposta original.

**21.9.** A **habilitação dos licitantes** que **comporão o cadastro de reserva** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas **seguintes hipóteses**:

**I** - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**II** - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos **art. 28 e art. 29, ambos do Decreto nº 11.462/2023**.

**21.10.** A apresentação de novas propostas na forma do **caput** não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

**21.10.1.** As licitantes interessadas na **FORMAÇÃO/PARTICIPAÇÃO do CADASTRO DE RESERVA** deverão enviar uma proposta de forma virtual, conforme modelo do **ANEXO III deste edital**, utilizando a funcionalidade de envio de anexos existente no sistema de pregão eletrônico, no prazo de vinte minutos contados da convocação no sistema.

**21.10.2.** As propostas em desconformidade com a planilha do ANEXO III deste edital ou com preços unitários diferentes da proposta vencedora serão





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

desconsideradas.

**21.11.** A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

**21.12.** Após publicada a Ata de Registro de Preços, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

**21.13.** A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado **POR MEIO DE CONTRATO**, conforme o **art. 95 da Lei nº 14.133/21**.

**21.14.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, conforme consta do art. 21 do Decreto nº 11.462/2023.

**21.15.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de **Intenção de Registro de Preços - IRP** poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os **seguintes requisitos**, nos moldes do § 2º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 31 do Decreto nº 11.462/2023:

**I** - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

**II** - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no **art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021**; e

**III** - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**21.15.1.** A faculdade conferida por este subitem estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.

**21.15.2.** Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

**21.15.3.** A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada **após** a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**21.15.3.1.** A aceitação pelo fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, deverá observar as condições nela estabelecidas e desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**21.15.4.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

**21.15.** O prazo previsto neste subitem poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

de vigência da ata de registro de preços.

**21.15.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no **subitem 21.15.**

**21.16.** As aquisições ou contratações adicionais atinentes às adesões às atas de registro de preços não **poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatórios registrados na **Ata de Registro de Preços** para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou às entidades participantes, conforme consta dos termos do § 4º, Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e inc. I do Art. 32 do Decreto nº 11.462/2023.

**21.17.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços** para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme normatizam o § 5º, Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e inc. II do Art. 32 do Decreto nº 11.462/2023.

<b>22. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.</b>
--

**22.1.** A Coordenadoria de Licitações e Contratos/COLIC é a unidade responsável pelos atos de controle e administração da presente Ata de Registro de Preço e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos interessados, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.

**22.2.** A convocação do Detentor da Ata será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo **PARA RECEBIMENTO/ACEITE DA NOTA DE EMPENHO** referente ao respectivo pedido de fornecimento.

**22.3.** O Detentor da Ata convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido ou **ASSINAR O CONTRATO** no prazo estipulado na forma estabelecida na presente Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas no Edital e na Ata.

**22.4.** Quando comprovada a hipótese acima, a Coordenadoria de Licitações e Contratos, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 7.892/2013, poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

**22.5.** O **Gestor da Ata** realizará, quando necessário, prévia reunião com os Detentores da Ata, visando informá-los das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços.

**22.6.** Caberá à **Diretoria-Geral**, com base em informações prestadas pelo setor requisitante, indicar para cada ajuste a ser celebrado, o **gestor do contrato**, a quem compete, além das atribuições previstas da Lei nº 14.133/2021, as seguintes:

**22.6.1.** Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que os valores praticados mantêm-se vantajosos para o TRIBUNAL, informando ao Gestor





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

da Ata eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

**22.6.2.** Zelar pelas obrigações contratualmente assumidas, coordenando, junto com a Coordenação de Licitações e Contratos, a proposição de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais;

**22.6.3.** Informar ao Gestor da Ata, quando de sua ocorrência, a recusa do Detentor da Ata de Registro de Preços a atender às condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico e anexos, além de divergências relativas à entrega, às características e origem dos veículos.

**22.7.** Caberá à Coordenadoria de Licitações e Contratos processar as ações relativas ao controle e alterações dos preços registrados.

**23. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES, ATUALIZAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DE PREÇOS REGISTRADOS.**

**23.1.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados poderão ser reajustados com base no Índice de Custo de Tecnologia da Informação/ICTI, observada a regra da anualidade e contados da data do orçamento a que se referem, e desde que nas hipóteses que se coadunarem com o objeto desta licitação decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no **Art. 25 do Decreto nº 11.462/2023.**

**23.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Tribunal convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado nos moldes do **Art. 26 do Decreto nº 11.462/2023.**

**23.2.1.** Frustrada a negociação de que trata este subitem, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, cabendo ao TRIBUNAL convocar os demais fornecedores constantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação original, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado em igual oportunidade e negociação, quando possível.

**23.2.2.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no **art. 29 do Decreto nº 11.462/2023**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

**23.2.3.** Caso ocorra a redução do preço registrado resultado da negociação entre as partes, o Tribunal comunicará aos órgãos e às entidades que porventura tenham firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no **Art. 35 do Decreto nº 11.462/2023 c/c Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.**

**23.3.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será a ele facultado requerer ao Tribunal a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, nos moldes do **Art. 27 do Decreto nº 11.462/2023.**

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**23.3.1.** o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**23.3.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Tribunal e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no **art. 28 do Decreto nº 11.462/2023**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

**23.3.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no **subitem 22.3.2**, o Tribunal convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do **art. 18 do Decreto nº 11.462/2023**.

**23.3.4.** Inexistindo êxito nas negociações, o TRIBUNAL procederá ao cancelamento da Ata de registro de preços, nos termos do disposto no **art. 29 do Decreto nº 11.462/2023**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**23.3.5.** Na hipótese de comprovação do disposto no subitem 22.3, o Tribunal atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**23.3.6.** O Tribunal comunicará aos órgãos e às entidades que porventura tenham firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no **Art. 35 do Decreto nº 11.462/2023 c/c Art. 124 da Lei n 14.133/2021**.

**23.4.** Em qualquer das hipóteses, a fixação de novo preço deverá ser consignada na Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis.

**23.5.** É vedada a participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme disposto do **inc. VIII do Art. 82 da Lei n 14.133/2021 e inc. VII do Art. 15 do Decreto nº 11.462/2023**.

**23.6.** Observando o termos da norma contida do **Art. 23 do Decreto nº 11.462/2023**, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

**23.7.** O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços, sob os termos do **Art. 24 do Decreto nº 11.462/2023**, serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto a:

**I** - os quantitativos e os saldos;

**II** - as solicitações de adesão; e

**III** - o remanejamento das quantidades.

**23.7.1.** O disposto no **caput** observará os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional que será publicado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.**

**24.1.** O registro do fornecedor e preços registrados serão cancelados pelo Tribunal (Órgão Gerenciador), nos casos previstos nos **Arts. 28 e 29 do Decreto nº 11.462/2023**, nas seguintes hipóteses:

**Cancelamento do registro do Fornecedor:**

**24.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

**24.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**24.1.3.** não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do **Decreto nº 11.462/2023**; e

**24.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.**

**Cancelamento dos preços registrados:**

**24.1.5. Por razão de interesse público;**

**24.1.6. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior,** que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados; ou

**24.1.7. se não houver êxito nas negociações,** nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27, ambos dispositivos previstos no **Decreto nº 11.462/2023**.

**24.2. Na hipótese prevista no subitem 24.1.4 acima,** caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**24.3.** O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados os Princípios do contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Tribunal.

**24.4.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o Tribunal poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**25. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO.**

**25.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços,** o **fornecedor beneficiário** fica obrigado a atender todos os pedidos de fornecimento efetivados pelo TRIBUNAL ao preço registrado, mesmo que a efetivação deles esteja prevista para ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

**25.2.** A aquisição dos materiais ao preço registrado dar-se-á por meio de **Pedido de Fornecimento (PF)**, conforme a necessidade do TRIBUNAL, depois de autorizada e processada a reserva orçamentária correspondente.

**25.3. Os pedidos de fornecimento do objeto da Ata de Registro de Preços serão formalizados mediante NOTA DE EMPENHO.**

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**25.4.** Para o fim do disposto no subitem anterior, o **Detentor da Ata** será **convocado para ACEITE DA NOTA DE EMPENHO, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,** mediante o qual se obrigará à entrega do bem no prazo e condições avençados.

**25.5.** O prazo para aceite da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo Detentor da Ata durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRIBUNAL.

**25.6.** Por ocasião do aceite da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o Detentor da Ata mantém as condições de habilitação.

**25.7.** A recusa injustificada do **Detentor da Ata** em aceitar a NOTA DE EMPENHO dentro do prazo assinalado no subitem 23.4 deste item ensejará a aplicação das **penalidades** estabelecidas no Edital e na Ata.

**25.8.** Quando a licitante convocada não ACEITAR A NOTA DE EMPENHO no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante para assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, ACEITAR A NOTA DE EMPENHO, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

<b>26. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AS LICITANTES.</b>
--

**26.1.** Com fundamento no **Artigo 155 da Lei nº 14.133/2002** ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do TRT 8ª, pelo **prazo máximo de até 3 (três) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que:

**26.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**26.1.2.** dar causa à inexecução total do contrato;

**26.1.3.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**26.1.4.** não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**26.1.5.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**26.1.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**26.2.** Será declarada a inidoneidade da Licitante para licitar ou contratar com toda Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**, quando incidir nas hipóteses previstas no **subitem 20.1**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e ainda, nas seguintes hipóteses:

**26.2.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**26.2.2.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**26.2.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**26.2.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**26.2.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**26.3.** A licitante vencedora e as demais licitantes classificadas, encontram-se sujeitas, de igual forma, às sanções previstas no Contrato, decorrentes do descumprimento dos compromissos assumidos.

**26.4.** Sem prejuízo da **penalidade disposta no subitem 26.1**, será aplicada à licitante que cometer quaisquer das infrações dispostas no citado subitem, a penalidade de multa de 10% sobre o valor anual estimado do contrato.

**26.5.** As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

**27. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.**

**27.1.** Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **impugnar** o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@trt8.jus.br](mailto:cpl@trt8.jus.br).

**27.2.** O(A) **Agente de contratação**, auxiliado(a) pelo setor responsável pela elaboração do Edital, **decidirá sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados da data de recebimento da impugnação.

**27.3.** As impugnações não possuem efeito suspensivo.

**27.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Agente de contratação**, nos autos do processo de licitação.

**27.4.** **Acolhida a impugnação** contra este Edital, **será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.**

**27.5.** Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório devem ser enviados ao **Agente de contratação**, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@trt8.jus.br](mailto:cpl@trt8.jus.br).

**27.5.1.** O **Agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de (3)três dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**27.6.** A(s) resposta(s) ao(s) pedido(s) de esclarecimento(s) e impugnação(ões) solicitado(a)(s) será(ão) divulgado(a)(s) pelo sistema e vinculará(ão) o(s) participante(s) e a administração, sendo disponibilizado(a)(s) no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio do link Acesso Livre > Pregões > Agendados para conhecimento dos fornecedores e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

**28 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026  
REGISTRO DE PREÇOS

28.1. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da Administração do TRT da 8ª Região.

28.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **Agente de contratação**.

28.1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

28.1.3. O horário de expediente desta Justiça Especializada é de 08:00h às 15:00h.

28.2. A participação nesta licitação e a apresentação da proposta implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e seus Anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

28.3. Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Agente de contratação.

28.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.5. A cotação levada em consideração para efeito de julgamento é de exclusiva responsabilidade da licitante.

28.6. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Tribunal porventura julgar necessários.

28.7. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Agente de contratação.

28.8. As decisões do(a) Agente de contratação serão consideradas **definitivas** somente após terem sido homologadas pela autoridade competente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região.

28.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

28.10. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

28.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.12. O T.R.T. da Oitava Região poderá **anular o certame**, por vício de legalidade, ou **revogá-lo**, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, consoante prevê a Lei nº **14.133/21**.

28.13. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da Ata de Registro de Preços e/ou contrato.

**28.14.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**28.15.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, nos termos da Resolução nº. 07/2005 do CNJ. A vedação contida na Resolução nº. 07/2005 do CNJ não se aplica aos agentes citados, quando este não atuarem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não haver, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório, nos termos da Resolução nº. 229/2016 do CNJ.

**28.16.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação do Art. 1º e 2º da Resolução nº. 156/2012 do CNJ.

**28.17.** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto licitatório, conforme consta no item 6.13. do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

**29. DOS ANEXOS.**

**29.1.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**
- a.1) **APENSO I – SUBSCRIÇÃO DE ASSINATURAS DE PRODUTOS RED HAT, TREINAMENTO E SERVIÇOS TÉCNICOS;**
- a.2) **APENSO II – CATÁLOGO DE SERVIÇOS PARA ESTIMATIVA DE UST;**
- a.3) **APENSO III- COPARTICIPANTES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- b) **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA ESCRITA;**
- c) **ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA;**
- d) **ANEXO IV – ATA DE REGISTRO DE PREÇO.**
- e) **ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO**

**30. DO FORO.**

**30.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026  
REGISTRO DE PREÇOS

Belém, 15 de JUNHO de 2026.

**INÊS RAQUEL DA LUZ SILVA**  
PREGOEIRO(A) / AGENTE DE CONTRATAÇÃO





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1. OBJETO**

1.1.1. Contratação, por meio de registro de preço, de créditos para subscrições de produtos e serviços da linha Red Hat Enterprise e demais correlatos com suporte e manutenção; créditos de unidade de treinamento oficial Red Hat e serviço técnico especializado para o ecossistema de produtos da linha Red Hat, conforme condições e exigências estabelecidas neste termo de referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos de software da linha Red Hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, JBoss Enterprise Middleware, Openshift e demais correlatos, incluindo suporte e garantia.	CRD	7.162
2	Créditos de Unidade de Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat.	UT	410
3	Serviços Técnicos Especializados para ecossistema de produtos da linha Red Hat.	UST	16.036

**Quadro 1 - Estimativa de Consumo (Apenso III)**

**1.2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2.2. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como item comum, uma vez que podem ser claramente especificados e há fornecedores no mercado em condições de fornecer o objeto sem necessidade de qualquer customização especial para atender um



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

cliente específico.

- 1.2.3. Não foi utilizada a Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário (Connect-Jus) pelas seguintes razões: Após pesquisa no Connect-Jus se observou que não há solução igual ou equivalente à qual se pretende contratar.
- 1.2.4. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação por mais 24 meses, nos termos da Lei 14.133/2021, contados a partir do recebimento definitivo da solução, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.2.5. Os quantitativos dos itens definidos no **Quadro 1 - Estimativa de Consumo** são apenas uma previsão, isto é, refletem apenas uma estimativa de aquisição, não implicando, por conseguinte, em obrigatoriedade da contratação de tais quantidades pela Administração Pública, durante a vigência do Registro de Preços.
- 1.2.6. As estimativas para cada um dos itens foram levantadas baseadas nas seguintes premissas:
  - 1.2.6.1. Estrutura e demanda existente hoje no TRT da 8ª Região;
  - 1.2.6.2. Perspectiva de crescimento da estrutura e demanda existente, em especial para atender o sistema PJe, seus satélites, e demais sistemas judiciais e administrativos do Tribunal;

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Tecnologia da Informação tem evoluído de maneira extremamente veloz e diversa para atender a constante demanda por competitividade, novas regulamentações, exigências legais, dentre outros. Conceitos como Cloud



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

Computing, Automação de Infraestrutura e Virtualização são exemplos de novas abordagens tecnológicas que têm sido adotadas por todas as organizações em busca de sistemas de informação mais disponíveis, flexíveis e escaláveis.

- 2.2. Importante ressaltar que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados exigindo que as instituições se adequem em diversos pontos condizentes à segurança, transparência, privacidade, proteção e confidencialidade de dados.
- 2.3. A segurança é um dos principais motivos da criação desta legislação, o que força os órgãos e empresas buscarem procedimentos, processos e tecnologias que garantam a proteção de todas as informações coletadas e tratadas por elas. Os dados devem ser protegidos de acessos por terceiros não autorizados e também de invasões na rede, bem como estarem disponíveis para acesso por quem é de direito a qualquer tempo e hora.
- 2.4. Nesse contexto se inclui o TRT da 8ª Região, pois precisa tratar dados sensíveis e considerados de ordem fundamentais e estratégicos, para seu pleno funcionamento.
- 2.5. A infraestrutura computacional do Tribunal apresenta altos níveis de complexidade de administração, especialmente no que se refere à operação, integração, disponibilidade, flexibilidade, gerenciamento centralizado e segurança das informações, gerando impactos diretos na capacidade de atender às crescentes demandas por novos serviços de forma eficiente.
- 2.6. Ademais, a opção por adotar a infraestrutura em nuvem, se por um lado trouxe escalabilidade e segurança ao ambiente, por outro ampliou a sua complexidade, sendo necessário pensar em dar um próximo passo para integração desse ambiente, com a adoção de soluções de gerenciamento do mercado profissional, tal como as oferecidas pela Red Hat,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

que tem um verdadeiro ecossistema de soluções com suporte e integração, garantindo a segurança e continuidade dos serviços do tribunal.

- 2.7. Diante disso, objetiva-se a contratação, por meio de registro de preço, de créditos para subscrições (assinaturas) de produtos da linha Red Hat Enterprise Linux, JBoss Enterprise Middleware, OpenShift e demais produtos correlatos com suporte e manutenção, créditos de unidade de treinamento oficial Red Hat e serviço técnico especializado para os produtos do ecossistema Red Hat, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses.

### **3. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES DE 2025**

- 3.1. O objeto da contratação NÃO consta no Plano de Contratações Anual de 2025, no entanto, decorre de algumas necessidades para melhoramento e manutenção do parque de servidores deste regional, conforme foi esclarecido no ETP. Em especial, por uma análise primeira, pela necessidade de substituição da solução de virtualização (VMware) que encontra-se sem suporte, e pelo direcionamento para a automação máxima das ações de infraestrutura tecnológica do Tribunal.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 4.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 4.2. Em resumo, trata-se da contratação, por meio de registro de preços, de créditos de subscrições (assinaturas) de produtos da linha Red Hat Enterprise Linux, JBoss Enterprise Middleware, OpenShift e demais produtos correlatos com suporte e manutenção, crédito para



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

treinamento oficial e serviço técnico especializado, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

- 4.3. A contratação de subscrições de produtos de software da linha Red Hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, JBoss Enterprise Middleware, OpenShift e demais correlatos, incluindo suporte e garantia, permitirá uma gestão eficiente e integrada do ambiente de TIC do TRT da 8ª Região.
- 4.4. A contratação inclui possibilidade de treinamento das soluções adotadas, bem como a contratação de suporte técnico especializado para apoiar na sustentação dos serviços e soluções contratadas.
- 4.5. A contratação de créditos para subscrição será feita com pagamento único para o período de utilização da solução contratada; a contratação de créditos de treinamento oficial para produtos da linha Red Hat será feita com pagamento único; e a contratação do serviço técnico especializado para o ecossistema Red Hat dar-se-á com pagamento mensal.

**5. DOS ESTUDOS PRELIMINARES**

- 5.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Formalização da Demanda (DFD) da área demandante e os Estudos Técnicos Preliminares elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), que constam no processo administrativo PROAD 3217/2025.
- 5.2. O Estudo Técnico Preliminar demonstrou de forma sobejante os motivos pelos quais se justificam a presente licitação para o registro de preços do catálogo de produtos da fabricante Red Hat, especialmente por ser reconhecida mundialmente como provedora de soluções empresariais



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

robustas e seguras, especialmente em ambientes que utilizam containers (OpenShift, Podman), automação de infraestrutura (Ansible Automation Platform) e sistemas baseados em Red Hat Enterprise Linux (RHEL), elementos essenciais para arquiteturas modernas em nuvem e DevOps. Além disso, suas soluções de middleware permitem integrações ágeis, escaláveis e orientadas a microsserviços, atendendo requisitos críticos de interoperabilidade, orquestração de APIs, mensageria corporativa e processamento em tempo real, essenciais para aplicações distribuídas e ambientes híbridos.

- 5.3. A supracitada licitação lançará mão do princípio da padronização, portanto, será limitada a um fabricante. Não obstante, a fim de maximizar as chances de atender plenamente as exigências e expectativas do público interno e externo do TRT8, assim como maximizar o retorno sobre o investimento, serão exigidos requisitos de demonstração de capacidade operacional que visam a equilibrar experiência comprovada, certificações relevantes e histórico de projetos semelhantes.
- 5.4. Ademais, definiu-se, com base em aspectos técnicos, operacionais, econômicos e jurídicos, pelo não parcelamento da contratação da solução. O ETP, no item 10, fornece uma gama de motivos para essa abordagem.
- 5.5. Ao fim, pretende-se com essa empreitada modernizar a infraestrutura de TI do Tribunal, buscando maior eficiência na conectividade, segurança da informação e continuidade dos serviços.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. REQUISITOS SOCIAIS:**

- 6.1.1. Os licitantes devem apresentar as seguintes declarações para preenchimento dos requisitos sociais realizados a este certame:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 6.1.1.1. Declaração de que a licitante se encontra regular perante a Justiça do Trabalho, com apresentação da CNDT;
- 6.1.1.2. Declaração de que a licitante não foi apenada nos últimos 5 anos em razão de prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, etc; e
- 6.1.1.3. Declaração de que a licitante cumpre todas as exigências relativas ao atendimento às normas de saúde e segurança do trabalho.

6.2. REQUISITOS DE DEMONSTRAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL

6.2.1. Para habilitação

- 6.2.1.1. A licitante deve apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que já entregou e implantou solução tecnológica igual ou equivalente à qual será licitada neste processo.

- 6.2.1.1.1. Considera-se como solução tecnológica equivalente o fornecimento de subscrições de produtos Red Hat e a prestação de serviços técnicos especializados em produtos Red Hat, como a implantação de componentes avançados da plataforma Red Hat, sendo requisito básico, pelo menos: os abaixo listados:

- a) Advanced Cluster Management for Kubernetes (ACM);
- b) Advanced Cluster Security for Kubernetes (ACS);
- c) OpenShift Data Foundation (ODF);
- d) Red Hat Quay;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- e) Red Hat OpenShift Monitoring;
- f) Camadas de middleware;

6.2.1.2. A licitante deve apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que já realizou o fornecimento de treinamentos oficiais da Red Hat, abrangendo tanto o formato de assinaturas (Red Hat Learning Subscription) quanto o de treinamentos regulares.

6.2.1.3. A LICITANTE deverá comprovar possuir elevado grau de maturidade em gestão de serviços de TI, demonstrado pela obtenção de pelo menos uma das seguintes certificações: MPS.BR-SV Nível F, CMMI-SVC Nível 2 ou ISO/IEC 20000-1.

6.2.1.4. A LICITANTE deverá comprovar possuir elevado grau de maturidade no desenvolvimento de soluções de software, demonstrado pela obtenção de pelo menos uma das seguintes certificações: MPS.BR-SW Nível C ou CMMI-SVC Nível 3.

6.2.1.5. A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando atuação em sustentação e suporte operacional de esteiras de integração, práticas DevOps e infraestrutura de aplicações executadas sobre Red Hat OpenShift, em regime 24x7, por período mínimo de 12 (doze) meses, incluindo manutenção de pipelines, microserviços, APIs, middleware e automações associadas.

6.2.1.6. A licitante deverá apresentar documento emitido pelo fabricante ou representante legalmente autorizado que comprove sua autorização para fornecer os créditos das subscrições dos





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

produtos ofertados, bem como os créditos de treinamento, à Administração Pública.

6.2.2. Para Assinatura do contrato

6.2.2.1. A LICITANTE deverá comprovar que possui equipe técnica com a seguinte capacitação profissional:

- a) Project Management Professional (PMP) – PMI;
- b) ITIL 4 Specialist – Direct Plan and Improve
- c) ITIL 4 Specialist – High Velocity IT
- d) Red Hat Certified Openshift Administrator;
- e) Red Hat Certified Openshift Application Developer;
- f) Red Hat Certified Specialist in OpenShift Data Foundation;
- g) Red Hat Certified Specialist in MultiCluster Management;

6.3. REQUISITOS LEGAIS

6.3.1. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas com salários, encargos sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, despesas administrativas e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto.

6.3.2. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros por si ou por seus sucessores e representantes, na execução dos serviços contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação decorrente dos mesmos.

6.3.3. A CONTRATADA deverá entregar ao Tribunal qualquer



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

produto gerado, mesmo que tenha sido produzido sem a solicitação na nota de empenho e/ou contrato.

- 6.3.4. A utilização de soluções ou componentes proprietários, da CONTRATADA ou de terceiros, na construção dos programas ou quaisquer artefatos relacionados ao contrato, que possam afetar a propriedade do produto, deve ser formal e previamente autorizada pelo Tribunal.
- 6.3.5. A CONTRATADA fica proibida de fazer qualquer tipo de publicidade sobre os serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 6.3.6. Conforme determina a Resolução nº 468 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, artigo 8º, § 2º, a empresa CONTRATADA que provê a Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação não poderá ser a mesma que avalia, mensura ou fiscaliza o objeto da contratação.
- 6.3.7. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Resolução CNJ nº 468, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e a outras legislações aplicáveis;
- 6.4. REQUISITOS PARA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO
  - 6.4.1. Não se aplica.
- 6.5. REQUISITOS PARA CAPACITAÇÃO
  - 6.5.1. Não se aplica.
- 6.6. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE DA SOLUÇÃO
  - 6.6.1. Os serviços de suporte técnico serão solicitados mediante a abertura de chamados a serem efetuados por



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

técnicos do Tribunal, via chamada telefônica local, a cobrar ou 0800, e-mail, website ou chat do fabricante ou à empresa autorizada, em qualquer caso em português, a qualquer horário e em qualquer dia da semana (24x7).

- 6.6.2. Os chamados de suporte técnico serão centralizados e efetuados pela equipe da Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica do Tribunal.
- 6.6.3. Todas as solicitações feitas pelo CONTRATANTE deverão ser registradas pela CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços.
- 6.6.4. O acompanhamento da prestação de serviço deverá ser através de um número de protocolo fornecido pela CONTRATADA, no momento da abertura da solicitação.
- 6.6.5. O número de requisições de suporte deverá ser ilimitado.
- 6.6.6. Deverá ser disponibilizado suporte remoto.

6.7. REQUISITOS TEMPORAIS

- 6.7.1. As subscrições das licenças dos produtos Red Hat deverão ser 12 (doze) meses ou de 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação por igual período.
- 6.7.2. As licenças deverão ser disponibilizadas em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 6.7.3. Os treinamentos serão agendados de acordo com o calendário oficial apresentado pela Red Hat.
- 6.7.4. O suporte técnico para o ecossistema Red Hat deverá ser de 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação por igual período.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 6.7.5. O suporte técnico deverá ser disponibilizado de forma imediata ao Tribunal, assim que a CONTRATADA receber a nota de empenho e/ou após a assinatura do contrato.
- 6.8. REQUISITOS DE SEGURANÇA
- 6.8.1. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas, caso os prazos, indicadores e condições não sejam cumpridas.
- 6.8.2. A CONTRATADA deverá responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus profissionais em razão da execução do(s) serviço(s) contratado(s), independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito.
- 6.8.3. A CONTRATADA deverá cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação do Tribunal.
- 6.8.4. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros.
- 6.8.5. A CONTRATADA deverá identificar qualquer equipamento de sua posse que venha a ser utilizado, afixando



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)  
placas de controle patrimonial, selos de segurança,  
entre outros pertinentes.

#### 6.9. NATUREZA DOS SERVIÇOS

6.9.1. Contratação de subscrição de software, treinamento e de serviço técnico especializado de suporte técnico.

#### 6.10. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.10.1. Os materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços contratados devem observar os critérios de sustentabilidade constantes do item 5.1, do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.
- 6.10.2. Os resíduos com logística reversa obrigatória, gerados na execução dos serviços devem atender o disposto - Resíduos com Logística Reversa do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.
- 6.10.3. A definição das rotinas de execução das atividades para contratação dos serviços terceirizados deve prever e estimar período adequado para a orientação e ambientação dos trabalhadores à política de responsabilidade socioambiental do órgão, durante toda a vigência do contrato.
- 6.10.4. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.
- 6.10.5. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.
- 6.10.6. Elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.

- 6.10.7. Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 02 (duas) horas mensais, conforme a Resolução nº CSJT nº 98, de 20 de abril de 2012.
- 6.10.8. Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão.
- 6.10.9. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.
- 6.10.10. Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:
- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011.
  - Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149, do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

6.11. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

6.11.1. A presente contratação visa à adoção de soluções empresariais da Red Hat, por meio do registro de preços de subscrições oficiais, com o objetivo de modernizar, padronizar e garantir a continuidade e a eficiência dos serviços de infraestrutura de TI do órgão.

6.11.2. A escolha por soluções da Red Hat se fundamenta nos seguintes aspectos:

6.11.2.1. Robustez, confiabilidade e segurança

6.11.2.1.1. As soluções Red Hat, amplamente utilizadas em ambientes corporativos e governamentais em todo o mundo, se destacam pela robustez, estabilidade e elevado nível de segurança, sendo base de inúmeras arquiteturas críticas de missão. O uso de subscrições Red Hat Enterprise Linux (RHEL) e demais componentes (como Ansible, OpenShift, etc.) é reconhecido como referência em ambientes de missão crítica, especialmente pela entrega contínua de atualizações, correções de segurança e suporte técnico especializado.

6.11.2.2. Suporte técnico oficial e continuidade dos serviços

6.11.2.2.1. A contratação da subscrição Red Hat garante ao órgão acesso direto ao suporte técnico especializado da fabricante, elemento fundamental para a manutenção da continuidade dos serviços públicos de TI. A ausência desse suporte pode comprometer a segurança e estabilidade dos serviços



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

essenciais prestados à sociedade.

6.11.2.3. Padronização e Governança de TIC

6.11.2.3.1. Nos termos da Resolução CNJ nº 468/2022, art. 5º, I e III, recomenda-se aos órgãos do Poder Judiciário (e, por analogia, aos demais órgãos públicos) que adotem práticas de padronização de soluções tecnológicas e promovam a gestão de riscos em suas contratações. A utilização de uma plataforma consolidada e com amplo suporte no mercado, como a Red Hat, contribui diretamente para esse objetivo, reduzindo a dependência de soluções heterogêneas e mitigando riscos operacionais.

6.11.2.4. Conformidade com a Lei nº 14.133/2021

6.11.2.4.1. Nos termos do art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da contratação deve assegurar a compatibilidade da solução com o plano de transformação digital e com os objetivos institucionais do órgão. A adoção da plataforma Red Hat atende ao interesse público ao permitir maior governança da infraestrutura tecnológica, maior desempenho, segurança da informação e alinhamento com práticas consolidadas de mercado.

6.11.2.4.2. Ainda conforme o art. 11 da mesma lei, a administração pública deve buscar contratações que promovam resultados eficazes e eficientes. A escolha por soluções Red Hat visa, justamente, à obtenção desses resultados, com redução de





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

riscos operacionais, aumento da produtividade da equipe técnica e maior previsibilidade na gestão dos ativos de TI.

6.11.2.5. Adoção planejada de novas tecnologias

6.11.2.5.1. Embora o TRT da 8ª Região ainda não utilize amplamente produtos Red Hat Enterprise, a presente contratação se justifica como parte de um processo planejado de evolução tecnológica, em consonância com boas práticas de arquitetura corporativa, promovendo maior interoperabilidade, orquestração de serviços e automação de processos de TI, elementos essenciais à transformação digital da Administração Pública.

6.12. EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

6.12.1. Não se aplica

6.13. SUBCONTRATAÇÃO

6.13.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.14. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO (ART. 96 DA LEI Nº 14.133/2021)

6.14.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento), tal como descrito nas cláusulas do contrato.

6.14.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até 15 dias após a assinatura do contrato para análise e aprovação da minuta de apólice por parte da Assessoria Jurídica deste Regional.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 6.14.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 7.1. FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 7.1.1. Todas as informações sobre forma e condução da execução do objeto da presente contratação constam do Apenso I deste Termo de Referência.

### 7.2. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 7.2.1. Atualmente o TRT da 8ª Região roda praticamente toda sua infraestrutura de TIC na nuvem pública da AWS, apenas servidores de administração de domínio rodam na infraestrutura local no prédio sede do tribunal e em mais 20 sites espalhados pelos Estados do Pará e Amapá.

#### 7.2.2. Estrutura atual do TRT da 8ª Região na AWS:

- 7.2.2.1. Atualmente são 107 EC2 rodando;
- 7.2.2.2. 5 Clusters EKS [Kubernetes];
- 7.2.2.3. 1 Produção PJe [ 17 nós ];
- 7.2.2.4. 1 Homologação PJe [ 9 nós ];
- 7.2.2.5. 1 Produção Administrativo [ 2 nós - em processo de migração ];
- 7.2.2.6. 1 Homologação Administrativo [6 nós];
- 7.2.2.7. 1 Cluster Observabilidade [ em construção ];

#### 7.2.3. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

- 7.2.3.1. Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

7.2.4. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

7.2.4.1. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- Ordem de Fornecimento;
- Ata de Reunião;
- Ofício;
- Sistema de abertura de chamados;
- E-mails e Cartas;

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A execução dos serviços contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

- **PREPOSTO DA CONTRATADA:** integrante da CONTRATADA com capacidade gerencial para tratar todos os assuntos previstos neste documento e no instrumento contratual correspondente, sem implicar em ônus para o CONTRATANTE.
- **GESTOR DE CONTRATO:** responsável por coordenar as atividades de acompanhamento e de fiscalização da execução contratual, devendo informar a Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade no fornecimento de bens ou na prestação dos serviços pela contratada, propor soluções para regularização das faltas e problemas observados e sugerir sanções que entender cabíveis.
- **FISCAL DEMANDANTE:** representante da área demandante da contratação para auxiliar o Gestor de contrato quanto à fiscalização dos aspectos funcionais da solução.
- **FISCAL TÉCNICO:** representante da área técnica para auxiliar o Gestor de contrato quanto à fiscalização dos aspectos técnicos da solução, devido a alta complexidade técnica da contratação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- **FISCAL ADMINISTRATIVO:** auxiliar do Gestor de contrato na fiscalização dos aspectos administrativos do contrato, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.

8.2. O modelo de gestão de contratos do TRT8 está definido no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do TRT 8ª Região, aprovado pela Portaria PRESI nº 636/2018, disponível em [https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/governanca/manual\\_com\\_portaria.pdf](https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/governanca/manual_com_portaria.pdf).

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 9.1. OBRIGAÇÕES GERAIS

- 9.1.1. O Contratado fica obrigado a efetuar o cadastro no sistema SIGEO (<https://portal.sigeo.jt.jus.br>) como fato condicionante ao pagamento.
- 9.1.2. As notas fiscais referentes às subscrições contratadas e aos treinamentos deverão ser apresentadas após a assinatura do respectivo contrato, por meio do sistema SIGEO, para fins de processamento e pagamento. O pagamento será efetuado em parcela única, conforme a nota fiscal apresentada e dentro dos prazos estabelecidos no contrato.
- 9.1.3. As notas fiscais referentes ao serviço técnico especializado deverão ser enviadas mensalmente pelo Contratado, por meio do sistema SIGEO, para fins de processamento e pagamento. O pagamento será efetuado em parcelas mensais, conforme as faturas apresentadas e dentro dos prazos estabelecidos no contrato.
- 9.1.4. Registra-se que a presente contratação observa as condições e procedimentos semelhantes às do setor



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)  
privado.

9.2. DO RECEBIMENTO

- 9.2.1. A subscrição de cada uma das licenças de produtos Red Hat deverá ser disponibilizada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, sucessivamente o órgão emitirá os termos de recebimento provisório e/ou definitivo.
- 9.2.2. Os treinamentos deverão ser oficiais da Red Hat e serão autorizados via empenho, sendo emitido termo de recebimento provisório e/ou definitivo após a sua conclusão.
- 9.2.3. O suporte técnico especializado para o ecossistema Red Hat será disponibilizado imediatamente após a assinatura do contrato, com início da prestação dos serviços mediante emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, a ser conferida pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 9.2.4. Os serviços poderão ser recusados, no todo ou em parte, caso não estejam em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Nesse caso, a contratada será notificada para corrigir as inconsistências no prazo de 10 (dez) dias, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133.
- 9.2.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da verificação da conformidade dos serviços prestados, mediante termo detalhado de aceitação elaborado pela Administração.
- 9.2.6. Esse prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, caso sejam necessárias diligências adicionais para a verificação



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

do cumprimento das exigências contratuais.

- 9.2.7. Em caso de controvérsias quanto à execução do serviço, envolvendo aspectos como qualidade ou abrangência, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se o pagamento da parcela incontroversa mediante a emissão de Nota Fiscal correspondente.
- 9.2.8. O prazo para solução de inconsistências ou saneamento de pendências na nota fiscal ou instrumento de cobrança, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de recebimento definitivo.
- 9.2.9. O recebimento provisório e/ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade e eficácia do suporte técnico prestado, nem exime a contratada das responsabilidades legais e contratuais relacionadas à execução do objeto.

### 9.3. LIQUIDAÇÃO

- 9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 9.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
  - a data da emissão;
  - os dados do contrato e do órgão contratante;
  - o período respectivo de execução do contrato;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 9.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 9.3.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 9.3.5.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
  - 9.3.5.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 9.3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.4. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

9.4.1. O pagamento será efetuado em **parcela única**, no caso das subscrições dos produtos Red Hat contratados e para o caso dos treinamentos realizados, e em **parcelas mensais**, no caso do serviço técnico especializado para o ecossistema Red Hat, todos no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa de cada período, conforme item anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.4.2. As notas fiscais deverão ser enviadas pelo contratado por meio do sistema SIGEO, para fins de processamento e pagamento.





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 9.4.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária informado pela Divisão de Contabilidade do Tribunal.
- 9.4.4. Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.4.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.4.6. Quando dos pagamentos, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.4.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, os pagamentos ficarão condicionados à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

10.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.1.2. Informo que o orçamento e os dados da contratação são de domínio público, respeitando a regra de publicidade e informando que não se aplicam as restrições excepcionais de sigilo.

10.2. DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA EM CONSÓRCIO (art. 15 da Lei nº 14.133/2021)

10.2.1. Complexidade Técnica e Unicidade de Responsabilidade: O objeto desta contratação não se resume ao mero fornecimento de subscrição de software e treinamento, mas conta com a execução de serviços de alta complexidade. A fragmentação da execução entre diferentes consorciadas geraria riscos à execução do contrato. A Administração exige a responsabilidade solidária e técnica inafastável de uma única pessoa jurídica para garantir a integridade da arquitetura lógica e física.

10.2.2. Suficiência de Mercado: Conforme apurado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR), o montante estimado de R\$ 25.547.789,00 é plenamente compatível com o porte de inúmeras empresas do setor de TIC que atuam isoladamente no mercado nacional, de modo que a vedação não compromete a competitividade do certame.

10.3. DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADES COOPERATIVAS (art. 16 da Lei nº 14.133/2021)

10.3.1. Incompatibilidade com a Natureza do Objeto: O fornecimento de software de fabricante mundial e treinamentos oficiais, cumulado com a prestação de serviços técnicos de alta complexidade, exige uma estrutura operacional e hierárquica empresarial (com comando centralizado e subordinação técnica) que é



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

intrinsecamente incompatível com o modelo de autogestão e autonomia de trabalho típico das cooperativas.

- 10.3.2. Risco à Execução Contratual: A necessidade de manutenção de regras de compliances para se manter autorizada a comercializar produtos da fabricante Red Hat e a manter as certificações exigidas requer solidez comercial e financeira que extrapola o auxílio mútuo cooperativista.
- 10.3.3. Vantajosidade e Encargos: A participação de cooperativas em objetos que exigem o emprego de mão de obra subordinada para prestação de serviços técnicos poderia gerar riscos de passivos trabalhistas e fiscais à Administração, devido à ausência de vínculo empregatício formal entre a cooperativa e seus sócios para a execução de serviços de natureza comercial/tecnológica.

**11. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 11.1. A presente licitação deverá adotar o procedimento auxiliar de sistema de registro de preços, previsto no art. 78 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelos Art. 82 e seguintes da mesma lei e pelo Decreto nº 11.462/2023.
- 11.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra fundamento nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, especialmente:
- 11.2.1. I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- 11.2.2. II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- 11.2.3. III - quando for conveniente para atendimento a mais



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e
- 11.2.4. IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- 11.3. A solução objeto desta contratação possui natureza evolutiva, escalável e continuada, envolvendo contratação de subscrição de softwares e soluções de acordo com a expansão gradual da infraestrutura do Tribunal, serviços técnicos especializados, suporte técnico e treinamento ao longo da vigência contratual.
- 11.4. No entanto, ainda não dispomos de recursos orçamentários suficientes para a aquisição de todos os produtos e serviços hoje necessários para o ambiente do TRT8, sendo necessário aguardar o orçamento do ano seguinte para as futuras contratações.
- 11.5. No caso em tela, a adoção do SRP mostra-se adequada em razão:
- 11.5.1. a) da possibilidade de expansão/mudança futura da infraestrutura em nuvem do TRT8;
  - 11.5.2. b) da impossibilidade de definição exata e definitiva dos quantitativos efetivamente demandados durante toda a vigência da ata;
  - 11.5.3. c) da necessidade de contratações de serviços técnicos especializados de acordo com as necessidade futuras de implementações de novas soluções de TIC;
  - 11.5.4. d) da conveniência administrativa em permitir contratações sob demanda;
  - 11.5.5. e) da necessidade de garantir flexibilidade operacional à Administração;
  - 11.5.6. f) da potencial economia de escala decorrente da centralização da solução tecnológica; e
  - 11.5.7. g) e pela participação de outros órgãos da justiça do Trabalho que têm demanda similar;
- 11.6. A utilização do Sistema de Registro de Preços também se mostra compatível com as diretrizes de governança,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

economicidade, eficiência administrativa e racionalização das contratações públicas previstas na Lei nº 14.133/2021.

- 11.7. Há que se registrar que a presente licitação visa a contratação de crédito para subscrição de produtos Red Hat, créditos para realização de treinamento e serviços técnicos especializado para o ecossistema Red Hat, para a adoção de soluções empresariais, por meio do registro de preços de subscrições oficiais, com o objetivo de modernizar, padronizar e garantir a continuidade e a eficiência dos serviços de infraestrutura de TI do órgão. A intenção é iniciar a utilização das soluções corporativas da Red Hat em substituição a ferramenta de virtualização VMWare que hoje encontra-se sem suporte e com alto custo para renovação, e, posteriormente, analisar a viabilidade de adoção de outras, como Ansible, OpenShift e etc, no ambiente em nuvem deste TRT.
- 11.8. A Ata de Registro de Preços deverá ter validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período de acordo com a previsão legal na Lei nº 14.133/2021.
- 11.9. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços os órgãos e entidades participantes poderão requisitar a contratação dos serviços registrados.
- 11.10. Conforme disposto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, outros órgãos ou entidades da Administração Pública, que não tenham participado do processo licitatório, poderão aderir à Ata de Registro de Preços.
- 11.11. A adesão estará condicionada à anuência da Administração gerenciadora, à comprovação de vantajosidade para o órgão ou entidade solicitante e à concordância do fornecedor, observando-se as condições e os quantitativos registrados na Ata, bem como os limites de contratações adicionais previstos na legislação vigente.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 11.12. Os entes aderentes à Ata serão responsáveis pela formalização dos respectivos contratos, incluindo a gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução, conforme o disposto na legislação aplicável.
- 11.13. As condições de execução do objeto e de fornecimento dos serviços estão detalhadas no Termo de Referência e deverão ser integralmente cumpridas pelo fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.
- 11.14. No caso de prorrogação da ata de registro de preços por mais 12 (doze) meses, o saldo remanescente dos itens registrados na ata de Registro de Preço será automaticamente zerado e o quantitativo dos itens previstos no **Quadro 1 - Estimativa de Consumo** será adotado como novo saldo a consumir durante a nova vigência da ata.

## 12. ESTIMATIVA DE PREÇOS

- 12.1. Nos termos do artigo 23º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizada a estimativa de preços utilizando os parâmetros definidos no inciso IV do citado parágrafo.
- 12.2. A planilha detalhada com a pesquisa de preços encontra-se nos autos.
- 12.3. O valor estimado abaixo deverá ser considerado como o valor máximo aceitável pela Administração no certame.

LOTE 01				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	ESTIMATIVA MÉDIA
				VALOR UNITÁRIO
1	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos de software da linha Red Hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, JBoss Enterprise	CRD	7.162	R\$1.662,50



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

	Middleware, Openshift e demais correlatos, incluindo suporte e garantia.			
2	Crédito de Unidade de Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat.	UT	410	R\$2.020,00
3	Serviços Técnicos Especializados para o ecossistema de produtos da linha Red Hat.	UST	16.036	R\$799,00
TOTAL				

**Quadro 2 - Valor Estimado da Contratação, considerando todos os coparticipantes listados no Apenso III.**

### 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 13.1. SERVIÇO

- **Natureza da Despesa / Elemento:** 339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica;
  - Subitem: 06 - Locação de softwares;
  - Subitem: 20 - Treinamento / Capacitação;
  - Subitem: 21 - Serviços Técnicos de Profissionais de TIC - PJ;
- **Classificação Institucional/Funcional/Programática:** Programa de Trabalho 15.109.02.061.0571.4256.6017 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho;

ITEM	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
1	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos de software da linha Red Hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, JBoss Enterprise Middleware, Openshift e demais correlatos, incluindo suporte e garantia.	SERVIÇO (Subitem 06)
2	Crédito de Unidade de Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat.	SERVIÇO (Subitem 20)
3	Serviços Técnicos Especializados para o ecossistema de produtos da linha Red Hat.	SERVIÇO (Subitem 21)

**Quadro 3 - Classificação Orçamentária dos Itens**

### 14. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

Belém/PA, 19 de maio de 2026

---

**MARCO AURÉLIO FIDELIS RÊGO**  
*Integrante Demandante*  
Coordenador de Infraestrutura Tecnológica

---

**VICTOR AMARANTE BARROS**  
*Integrante Técnico*  
Assistente da Divisão de Data Center

---

**SILLAS MONTEIRO BATISTA**  
*Integrante Administrativo*

**15. APROVAÇÃO DO DOCUMENTO PELO TITULAR DA ÁREA DEMANDANTE**

Belém/PA, 19 de maio de 2026

---

**MÔNICA MORAES RÊGO GUIMARÃES**  
Diretora da SETIN, em substituição





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

: Na Cláusula 6ª- 6.2, sugere-se mencionar qual o item do TR consta a  
previsão de assistência técnica.

**APENSO I**

## **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

**Processo Administrativo Nº 3217/2025**

### **SUBSCRIÇÃO DE ASSINATURAS DE PRODUTOS RED HAT, TREINAMENTO E SERVIÇOS TÉCNICOS**

Belém-PA, 14 de abril de 2026

**APENSO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

**1. ITENS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Item 1 - Créditos de subscrições, por item individual, de produtos de software da linha Red Hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, JBoss Enterprise Middleware, Openshift e demais correlatos, incluindo suporte e garantia.**
- 1.1.1. Todas as subscrições fornecidas deverão estar na última versão estável lançada publicamente.
- 1.1.2. A garantia das subscrições inclui suporte técnico e direito de atualizações de versão pelo período de vigência da mesma.
- 1.1.3. Deverá ser permitido utilizar qualquer uma das versões disponíveis da referida subscrição, isto é, caso a subscrição adquirida seja da versão 7, deverá ser possível utilizar as versões anteriores, bem como as futuras a serem lançadas, desde que esteja no período de vigência do contrato.
- 1.1.4. A garantia de atualização dos produtos deverá disponibilizar upgrades para novas versões e correções dos produtos contratados, desenvolvidos durante o período de vigência do contrato e no catálogo ativo do FABRICANTE;
- 1.1.5. A garantia também inclui correções de eventuais erros ou falhas decorrentes do funcionamento dos softwares componentes da solução, mediante a disponibilização de atualizações corretivas e/ou ajustes de configuração.
- 1.1.6. A atualização dos produtos deve fornecer upgrades para novas versões (ou patches) publicados durante o período de contratação da subscrição.
- 1.1.7. Deverá permitir a utilização de qualquer produto do catálogo ou linha Red Hat, mesmo que não esteja



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)  
explicitamente listado na tabela abaixo.

- 1.1.7.1. A Contratada deverá apresentar documento oficial do fabricante, indicando a quantidade de Créditos de Serviço (CRD) necessária para itens não constantes na tabela.
- 1.1.7.2. Ficará a cargo do tribunal aceitar ou não os novos quantitativos de conversão de CRD.
- 1.1.7.3. Caso, durante a vigência do contrato, o tribunal aceite a inclusão no catálogo de novos produtos lançados pela Red Hat, após o aceite das respectivas CRD, deve ser feito um aditivo à ata de RP.
- 1.1.8. As quantidades especificadas na tabela abaixo deverão ser mantidas durante a vigência do contrato, não sendo permitidas alterações nos números quantitativos de conversão.
- 1.1.9. Cada produto deverá possuir uma correspondência na Tabela de Conversão de CRD por período para cada subscrição, conforme tabela a seguir:

SKU	DESCRIÇÃO	QTD CRD 1 ANO	QTD CRD 3 ANO
MCT3945	Red Hat Advanced Cluster Management for Kubernetes, Premium (2 Core or 4 vCPU)	9	24
MCT3946	Red Hat Advanced Cluster Management for Kubernetes, Standard (2 Core or 4 vCPU)	7	18
MW04125	Red Hat Advanced Cluster Management for Virtualization (Bare Metal Node), Premium (1-2 sockets up to 128 cores)	18	48
MW04126	Red Hat Advanced Cluster Management for Virtualization (Bare Metal Node), Standard (1-2 sockets up to 128 cores)	13	33
MW03815	Red Hat OpenShift Virtualization Engine (Bare Metal Node), Premium (1-2 sockets up to 128 cores)	25	66
MW03816	Red Hat OpenShift Virtualization Engine (Bare Metal Node), Standard (1-2 sockets up to 128 cores)	17	45

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

MCT3822	Red Hat OpenShift Kubernetes Engine, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	9	24
MCT3823	Red Hat OpenShift Kubernetes Engine, Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	7	18
MW04379	Red Hat OpenShift Kubernetes Engine (Bare Metal Node), Premium (1-2 sockets up to 128 Cores)	106	288
MW04380	Red Hat OpenShift Kubernetes Engine (Bare Metal Node), Standard (1-2 sockets up to 128 cores)	71	192
MCT2735	Red Hat OpenShift Container Platform Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	36	96
MCT2736	Red Hat OpenShift Container Platform Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	25	66
MW04365	Red Hat OpenShift Container Platform (Bare Metal Node), Premium (1-2 Sockets up to 128 Cores)	317	864
MW04366	Red Hat OpenShift Container Platform (Bare Metal Node), Standard (1-2 Sockets up to 128 Cores)	212	576
MW01621	Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPU)	44	120
MW01622	Red Hat OpenShift Platform Plus, Standard (2 Cores or 4 vCPU)	30	81
MW04348	Red Hat OpenShift Platform Plus (Bare Metal Node), Premium (1-2 Sockets up to 128 Cores)	396	1080
MW04349	Red Hat OpenShift Platform Plus (Bare Metal Node), Standard (1-2 Sockets up to 128 Cores)	266	723
MW02000	Red Hat Application Foundations, Premium, (2 Cores or 4 vCPUs)	49	132
MW02006	Red Hat Application Foundations, Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	32	87
MW02103	Red Hat Application Foundations, Cluster Edition, Premium, (2 Cores or 4 vCPUs)	25	66



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

MW02104	Red Hat Application Foundations, Cluster Edition, Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	17	45
MW04620	Red Hat Application Foundations, Cluster Edition (Bare Metal Node), Premium (1-2 Sockets up to 128 cores)	215	585
MW04621	Red Hat Application Foundations, Cluster Edition (Bare Metal Node), Standard (1-2 Sockets up to 128 cores)	143	390
MW04116	Red Hat Connectivity Link, Five Gateways, Standard	21	57
MW04117	Red Hat Connectivity Link, 1M Gateway Requests per day, Standard	61	165
MW04118	Red Hat Connectivity Link, 5M Gateway Requests per day, Standard	120	327
MW04119	Red Hat Connectivity Link, 10M Gateway Requests per day, Standard	201	546
MW04120	Red Hat Connectivity Link, Five Gateways, Premium	31	84
MW04121	Red Hat Connectivity Link, 1M Gateway Requests per day, Premium	91	246
MW04122	Red Hat Connectivity Link, 5M Gateway Requests per day, Premium	181	492
MW04123	Red Hat Connectivity Link, 10M Gateway Requests per day, Premium	301	819
MW00275	Red Hat Runtimes, Premium (16 Cores or 32 vCPUs)	106	288
MW00276	Red Hat Runtimes, Premium (64 Cores or 128 vCPUs)	380	1035
MW00277	Red Hat Runtimes, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	14	36
MW00278	Red Hat Runtimes, Standard (16 Cores or 32 vCPUs)	71	192
MW00279	Red Hat Runtimes, Standard (64 Cores or 128 vCPUs)	253	690
MW00280	Red Hat Runtimes, Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	9	24
MCT3694	Red Hat Ansible Automation Platform, Premium (100 Managed Nodes)	154	420
MCT3691	Red Hat Ansible Automation Platform, Standard (100 Managed Nodes)	115	312

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

MW02562	Red Hat Service Interconnect, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	40	108
MW02563	Red Hat Service Interconnect, Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	27	72
MW02585	Red Hat Developer Hub, Premium (10 Users)	49	132
MW04783	Red Hat Advanced Developer Suite, Premium (2 cores or 4 vCPUs)	8	21
MW04784	Red Hat Advanced Developer Suite, Standard (2 cores or 4 vCPUs)	6	15
MW04785	Red Hat Advanced Developer Suite (Bare Metal Node), Premium (1-2 sockets up to 128 cores)	66	180
MW04786	Red Hat Advanced Developer Suite (Bare Metal Node), Standard (1-2 sockets up to 128 cores)	44	120
MW04787	Red Hat Advanced Developer Suite, Premium (10 Users)	120	327
MW04788	Red Hat Advanced Developer Suite, Standard (10 Users)	81	219
MCT4546	Red Hat OpenShift AI, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	18	48
MCT4547	Red Hat OpenShift AI, Standard (2 Cores or 4 vCPUs)	13	33
MCT4721	Red Hat AI Accelerator, Premium (1 Accelerator)	9	24
MCT4722	Red Hat AI Accelerator, Standard (1 Accelerator)	7	18
MCT4792	Red Hat OpenShift AI (Bare Metal Node), Premium (1-2 sockets up to 128 cores)	159	432
MCT4797	Red Hat OpenShift AI (Bare Metal Node), Standard (1-2 sockets up to 128 cores)	106	288
MCT4848	Red Hat AI Inference Server (Physical Node or Virtual Node), Premium (1 AI Accelerator)	11	30
MCT4849	Red Hat AI Inference Server (Physical Node or Virtual Node), Standard (1 AI Accelerator)	7	18
RH00001	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Premium	35	93



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

RH00002	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Standard	22	60
RH00003	Red Hat Enterprise Linux Server, Premium (Physical or Virtual Nodes)	11	30
RH00004	Red Hat Enterprise Linux Server, Standard (Physical or Virtual Nodes)	8	21
RH00006	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Satellite, Premium	44	120
RH00007	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Satellite, Standard	32	87
RH00008	Red Hat Enterprise Linux Server with Satellite, Premium (Physical or Virtual Nodes)	15	39
RH00009	Red Hat Enterprise Linux Server with Satellite, Standard (Physical or Virtual Nodes)	10	27
RH00031	Red Hat Satellite	4	9
RH00032	Red Hat Satellite for Unlimited Guests	11	30
SER0824	Red Hat Enterprise Linux AI (Physical Node or Virtual Node), Standard (1 AI Accelerator)	10	27
MCT3325	Technical Account Management Services for Red Hat OpenShift Container Platform	220	N/A

**1.2. Item 2 - Crédito de Unidade de Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat**

- 1.2.1. Serviço técnico especializado sem dedicação de mão de obra exclusiva, destinado a realização de treinamentos ou subscrições de treinamentos oficiais para produtos da linha Red Hat;
- 1.2.2. Deverão ser fornecidos treinamentos oficiais do FABRICANTE em produtos da linha Red Hat;
- 1.2.3. Os treinamentos deverão ser realizados com material e laboratórios oficiais, conforme disponibilidade de oferta no calendário público do fabricante.
- 1.2.4. A quantidade de Unidades de Treinamento requeridas para cada treinamento ou subscrição deverá ser obtida

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

através de consulta ao link [https://training-lms.redhat.com/lmt/clmsBrowseV2.prMain?site=redhat&in\\_region=br&in\\_lang=pt-br](https://training-lms.redhat.com/lmt/clmsBrowseV2.prMain?site=redhat&in_region=br&in_lang=pt-br)

- 1.2.5. Deverão ser disponibilizadas apostilas oficiais de cada treinamento em formato eletrônico, assim como o certificado de participação, emitido pelo Fabricante. Para a emissão do certificado o participante deverá ter 70% (setenta por cento) do tempo cumprido no treinamento.
- 1.2.6. O instrutor deverá estar certificado e habilitado pela Fabricante para condução dos treinamentos oficiais, seja através da certificação RHCI (Red Hat Certified Instructor) ou outra indicada pelo próprio fabricante.
- 1.2.7. A contratada deverá realizar avaliação junto aos participantes, com o preenchimento da Planilha de Avaliação de Treinamento, devendo ser obtida média superior a 70%. Caso contrário o CONTRATANTE poderá solicitar a realização de novo treinamento, com a reformulação que achar necessária, sem ônus adicional.
- 1.2.8. Ao final do treinamento deverá ser emitido certificado de conclusão para cada participante. Somente após a entrega dos certificados de conclusão o treinamento poderá ser considerado como concluído.
- 1.2.9. A carga horária de cada treinamento deverá seguir o padrão definido pelo fabricante, em seu catálogo público disponível no link: <https://www.redhat.com/pt-br/services/training-and-certification>.

**1.3. Item 3 - Serviços Técnicos Especializados para o ecossistema de produtos da linha Red Hat**

- 1.3.1. Prestação de serviços técnicos especializados, sem





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

dedicação exclusiva de mão de obra, na modalidade de serviços continuados, destinados ao suporte e evolução do ecossistema de produtos da linha Red Hat. O objeto contempla atividades de elaboração de diagnósticos, levantamento de requisitos, análise e modelagem de infraestrutura, operação assistida, manutenções evolutivas e adaptativas, expansão de cenários, melhoria de processos, desenvolvimento de soluções e aplicações de interface para coleta e/ou entrada de dados, bem como a implementação de melhorias no ambiente que envolvam o uso dos softwares e serviços da linha Red Hat, incluindo projetos críticos que demandem conhecimento especializado.

- 1.3.2. Os serviços a serem prestados estão detalhados no Catálogo de Serviços constante do **Apenso II**, devendo serem executados em conformidade com as necessidades dos serviços, sistemas e infraestrutura da CONTRATANTE.
- 1.3.3. O atendimento será realizado por profissionais certificados na solução Red Hat específica e preferencialmente na modalidade remota.
- 1.3.4. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao registro da solicitação de abertura da Ordens de Serviço (OS), para se reunir com o solicitante, remotamente, com a finalidade de definir o escopo e a forma de tratamento da demanda apresentada. Nesta reunião a CONTRATADA obterá os insumos necessários para realizar a definição do número de horas e do cronograma de execução da respectiva Ordem de Serviço (OS). A data da reunião deverá ser agendada em comum acordo com a CONTRATANTE.
- 1.3.5. O atendimento deverá ser efetuado por profissional(is) capacitado(s) com conhecimentos sobre toda a SOLUÇÃO, especificamente nos ambientes

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

da área de Tecnologia da Informação, que deverão ser obrigatoriamente acompanhados por funcionário da CONTRATANTE, mediante solicitação via Ordem de Serviço, por meio de acesso remoto. Todas as despesas decorrentes de transporte, hospedagem e alimentação correrão por conta da CONTRATADA.

- 1.3.6. A prestação do serviço deverá ser executada em horário comercial, nos dias úteis, segunda-feira à sexta-feira de 08h às 12h e das 13h às 16h, respeitando-se o Calendário local, conforme estabelecido na Ordem de Serviço, salvo definição contrária, realizada em comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA ou especificada no catálogo de serviços.
- 1.3.7. A ordem de serviço é o instrumento administrativo legal que autoriza a prestação do serviço e a qual servirá de base para fins de recebimento provisório, definitivo e faturamentos.
- 1.3.8. O controle dos serviços associados a uma OS em execução será feito por meio de ferramenta(s) a ser(em) fornecida(s) pela empresa contratada.
- 1.3.9. O não cumprimento dos prazos determinados nos instrumentos de gestão desta contratação sujeitará a empresa contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato.
- 1.3.10. No caso de necessidade de alteração ou suspensão da ordem de serviço após seu encaminhamento à empresa contratada e antes do início de sua execução, a CONTRATANTE deverá cancelar a ordem de serviço e, se for o caso, abrir uma nova, reiniciando assim a contagem do prazo máximo para o início da prestação dos serviços.
- 1.3.11. Para fins de aferição dos indicadores, somente serão consideradas as ordens de serviço formalmente



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)  
encerradas.

- 1.3.12. A empresa contratada deverá realizar verificação da qualidade dos serviços cabendo à CONTRATANTE também realizar a verificação da qualidade com vistas ao aceite dos produtos;
- 1.3.13. Caso os serviços executados ou os produtos gerados não atendam aos requisitos e à qualidade exigidos, a CONTRATANTE deverá fazer os apontamentos necessários na ordem de serviço, determinar prazo para regularização e devolvê-la à empresa contratada para os ajustes cabíveis, sem prejuízo do disposto nos requisitos para recebimento definitivo e penalidades contratuais cabíveis.
- 1.3.14. Mesmo uma ordem de serviço já fechada poderá ser objeto de auditoria pela CONTRATANTE ou a seu comando e, no caso de observadas incorreções, será aberta nova ordem de serviço, sem remuneração à empresa contratada, para ajustes. Esses registros serão realizados em relatório de auditoria a ser anexado à nova ordem de serviço.
- 1.3.15. A empresa contratada deverá executar os serviços dentro dos padrões de qualidade e de compatibilidade técnica, conforme as metodologias, procedimentos, métodos e padrões da CONTRATANTE ou por ele indicados.
- 1.3.16. Os serviços serão executados sem dedicação exclusiva de mão de obra, não se configurando contratação por homem/hora, tampouco por postos de trabalho. Assim, admite-se o compartilhamento simultâneos de perfis profissionais entre contratos, desde que não haja prejuízo ao cumprimento dos níveis mínimos de serviços.
- 1.3.17. Os serviços serão prestados em um modelo de remuneração por preço fixo mensal. Essa modalidade baseia-se em pagamento de valor fixo mensal pela prestação de serviços técnicos especializados no

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ecossistema Red Hat. O envio de solicitações ocorrerá conforme definido no modelo de prestação de serviços definido neste documento.

- 1.3.18. Nos serviços prestados no âmbito da presente contratação, não se caracteriza a subordinação direta e nem pessoalidade, uma vez que não se requer a exclusividade dos profissionais e sim, meramente, a disponibilidade do serviço de determinados perfis profissionais. Dessa forma, não há óbice ao compartilhamento de qualquer profissional com outros contratos que porventura a CONTRATADA possua, desde que preservados os níveis serviços estipulados no Termo de Referência, e, além disso, não haverá controle de frequência dos profissionais bem como qualquer relação de subordinação jurídica entre os profissionais da CONTRATADA e o CONTRATANTE.

**2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS PARA O ITEM 1 DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. REQUISITOS GERAIS**

- 2.1.1. O sistema de suporte técnico deve possuir interface em Inglês ou Português (Brasil);
- 2.1.2. Possuir serviço de atualização, consistindo nas alterações corretivas que forem necessárias ao perfeito funcionamento dos softwares Red Hat (bug fixing patches), bem como as alterações evolutivas representadas por novas versões ou "releases";
- 2.1.3. Permitir as atualizações dos softwares Red Hat de maneira automática, utilizando-se de repositórios de acesso seguros, fornecidos para solução;
- 2.1.4. Permitir a possibilidade de upgrade e downgrade da versão do software sem ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 2.1.5. Todos os softwares ofertados devem ser suportados na



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)  
modalidade de subscrição;

- 2.1.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar um acesso a base de conhecimento da solução entregue para consultas de documentos técnicos, soluções de problemas

**2.2. REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS**

- 2.2.1. Os softwares devem ser compatíveis com as seguintes arquiteturas de Hardware:
- a) Processadores físicos multinúcleos, no padrão CISC(x86), com extensões 64 bits e instruções de virtualização assistida por hardware;
  - b) Executar em plataforma x86 de 64 bits;
- 2.2.2. Compatibilidade com ambiente virtualizado:
- a) VMware vSphere Hypervisor (ESXi) 7 ou superior
  - b) Compatibilidade com provedores de nuvem, no mínimo AWS, Oracle e Google;
  - c) XCP-ng;
- 2.2.3. Cada software componente da solução deverá ser entregue com toda documentação técnica (em inglês ou português brasileiro), contendo suas especificações detalhadas (drivers, sistema operacional, etc.);
- 2.2.4. A documentação técnica exigida refere-se aos manuais necessários à instalação e configuração da solução, contendo informações detalhadas e atualizadas sobre a instalação, operação e administração com índice analítico, podendo este ser em formato impresso ou digital;

**2.3. REQUISITOS PARA O SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO 24x7 COM NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO (SLA)**

- 2.3.1. A subscrição incluindo o serviço de suporte técnico especializado será de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.
- 2.3.2. Os serviços técnicos especializados incluem:
- a) Atendimento para manutenção corretiva de falhas

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

e/ou erros de qualquer severidade para os componentes homologados da plataforma;

b) Atendimento para manutenção corretiva de falhas e erros estendido as configurações e parametrizações homologadas;

c) Esclarecimento de dúvidas sobre produtos Red Hat subscrito;

d) Orientação para instalação, configuração, uso, ajustes e manutenção dos componentes de produtos Red Hat de acordo com as melhores práticas de forma a garantir o correto funcionamento;

e) Atendimentos realizados por profissionais especialistas na plataforma e nos componentes.

- 2.3.3. A abertura de chamados de suporte será o meio pelo qual a CONTRATANTE formalizará a necessidade de manutenção e suporte junto à CONTRATADA;
- 2.3.4. Não haverá custos adicionais para a CONTRATANTE por este serviço acessório, quando da abertura de chamados técnicos e, também, não haverá limites para a quantidade de chamados;
- 2.3.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento em regime 24X7, possibilitando o contato direto com a equipe de suporte, objetivando a abertura de chamados e a resolução de problemas e dúvidas quanto ao funcionamento da solução;
- 2.3.6. O suporte deve ser em português (Brasil);
- 2.3.7. A abertura de chamados deverá, preferencialmente, ser efetuada por meio de sistema específico de gestão de chamados em língua portuguesa, disponibilizado na Internet pela CONTRATADA, mediante acesso autenticado com login exclusivo da CONTRATANTE;
- 2.3.8. Os chamados poderão ser abertos diretamente com a CONTRATADA, através de ligação telefônica gratuita (0800) no idioma português (Brasil), website, e-mail,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

sendo de obrigatoriedade o registro no sistema de gestão de chamados;

- 2.3.9. O sistema de chamados deve ser em língua portuguesa e permitir a abertura, acompanhamento, listagem e fechamento de chamados;
- 2.3.10. Todos os chamados, independentemente de sua criticidade, deverão receber um número único de identificação (protocolo) e deverá registrar ao menos as seguintes informações:
  - a) Data e hora da abertura do chamado;
  - b) Identificação do solicitante;
  - c) Identificação do atendente;
  - d) Nível de severidade da ocorrência;
  - e) Descrição da Ocorrência;
  - f) Histórico de atendimento;
  - g) Descrição da resolução;
  - h) Data e hora do encerramento; e
  - i) Responsável pelo encerramento.
- 2.3.11. Os chamados técnicos poderão ser atendidos nas modalidades web ou telefônico, remotamente, desde que utilizando ferramenta de acesso remoto seguro e fornecida pela CONTRATADA.
- 2.3.12. Antes do fechamento de cada chamado, a CONTRATADA deverá consultar a CONTRATANTE para obter o ateste final. Entende-se por atendimento terminado quando o fato motivador de sua abertura for verificado pela CONTRATANTE, não mais existir e dado o ateste através do sistema da CONTRATADA, registrando-se data e hora do fechamento.
- 2.3.13. Chamados fechados sem anuência da CONTRATANTE ou sem que os problemas tenham sido de fato resolvidos deverão ser reabertos e os prazos serão contados a partir da abertura original dos chamados, inclusive para efeito de aplicação das sanções previstas.
- 2.3.14. Para fins de cálculo do período decorrido para solução da ocorrência de software, será contabilizado

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

o prazo entre a formalização e o fechamento efetivo da ocorrência - seja essa solução de caráter definitivo ou provisório com a disponibilização de solução de contorno.

- 2.3.15. Em caso de impossibilidade da disponibilização de solução de contorno ou definitiva das ocorrências de software, dentro dos prazos estabelecidos, a CONTRATADA deverá, ainda dentro destes prazos, emitir um parecer com justificativa e previsão de novo prazo, contendo o histórico de maior abrangência possível das atividades desenvolvidas desde a abertura do respectivo chamado, podendo a CONTRATANTE aceitar ou não a justificativa.
- 2.3.16. Relativamente à manutenção corretiva de software, os componentes danificados deverão ser substituídos, entregues, instalados e configurados, de modo a deixar o equipamento em perfeitas condições de uso e com todas as funcionalidades operacionais.
- 2.3.17. Qualquer manutenção e/ou intervenção por solicitação da CONTRATADA da solução, mesmo não implicando inoperância da solução ou alteração de suas características, deverá ser agendada e acordada previamente com a CONTRATANTE.
- 2.3.18. Durante todo o período de prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, um relatório em português (Brasil) contendo o registro de todas as ocorrências de suporte técnico do mês ou indicar a maneira de obtê-lo no sistema de abertura de chamados.
- 2.3.19. A CONTRATADA manterá cadastro das pessoas indicadas pela CONTRATANTE, as quais poderão efetuar abertura e autorizar o fechamento de chamados, de maneira a evitar que pessoas não autorizadas possam acionar o serviço.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 2.3.20. O atendimento deverá ser efetuado por profissional(is) capacitado(s) com conhecimentos sobre toda a solução.
- 2.3.21. É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto da contratação, salvo com a devida autorização da CONTRATANTE, nos termos do art. 122 da Lei 14.133/21.

**2.4. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS**

- 2.4.1. Os chamados técnicos deverão ser classificados e atendidos de acordo com o nível de criticidade do problema ou demanda que o originou, sendo a classificação dividida em 4 níveis:

- a) Crítica: problema causa comprometimento ou interrupção de funcionalidades essenciais para a operação do negócio, com perda ou paralisação total de sistemas em produção e a situação constitui uma emergência;
- b) Alta: problema interrompe operações, mas é mantida a operação do ambiente, ainda que com restrições de desempenho ou de funcionalidades não essenciais;
- c) Média: problema não causa nenhuma perda de funcionalidade, constitui erro irrelevante, comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma maneira impede a operação do sistema;
- d) Baixa: esclarecimento de dúvidas ou consultas técnicas. Um chamado técnico pode, a depender da evolução da gravidade do problema, ser escalado de graduação de severidade, com os prazos de solução do problema sendo considerados o do novo nível de severidade e começando a ser contabilizados a partir do momento da escalação do chamado ao novo nível.

- 2.4.2. Para chamados de severidade Crítica, Alta, Média ou Baixa, no início dos atendimentos realizados e os prazos de solução estão especificados na tabela a seguir:

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- a) TMIA – Tempo Máximo para o Início do Atendimento;
- b) TMSO – Tempo Máximo para Solução Operacional, requerido para que o serviço ou o sistema impactado volte a funcionar, independentemente de ter sido resolvida a causa raiz do problema;
- c) TMSDC – Tempo Máximo para a Solução Definitiva do Chamado, situação em que o serviço esteja plenamente funcional e a causa raiz do problema é eliminada.

NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO		Prazo de atendimento	
Severidade	Descrição	TMIA 24x7	TMSO 24x7
Crítica	Problema causa comprometimento ou interrupção de funcionalidades essenciais para a operação do negócio, com perda ou paralisação total de sistemas em produção e a situação constitui uma emergência.	30 min	4h
Alta	Problema interrompe operações, mas é mantida a operação do ambiente, ainda que com restrições de desempenho ou de funcionalidades não essenciais.	1h	8h
Média	Problema não causa nenhuma perda de funcionalidade, constitui erro irrelevante comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma maneira impede a operação do sistema.	2h	24h
Baixa	Esclarecimento de dúvidas ou consultas técnicas.	8h	48h

2.4.3. No atendimento dos chamados, para efeitos de apuração do tempo gasto pela CONTRATADA, para a disponibilização da solução definitiva, serão desconsiderados os períodos em que a CONTRATANTE estiver responsável por executar ações necessárias



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)  
para a análise e solução da ocorrência.

- 2.4.4. Considerando que a solução da ocorrência pode envolver, em caso de falha irrecuperável em qualquer componente, a necessidade de sua troca, mesmo com a adoção de solução de contorno e respeitando os prazos definidos para cada severidade informada, deverá ser providenciada pela CONTRATADA a troca dos componentes no prazo máximo de até 15 dias úteis, a partir da formalização da falha irrecuperável e aplicação da solução de contorno, devidamente informados no sistema de chamados ou por e-mail.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

## **APENSO II**

# **CATÁLOGO DE SERVIÇOS PARA ESTIMATIVA DE UST**

**Processo Administrativo Nº 3217/2025**

# **SUBSCRIÇÃO DE ASSINATURAS DE PRODUTOS RED HAT, TREINAMENTO E SERVIÇOS TÉCNICOS**

Belém-PA, 17 de dezembro de 2025

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

**Apenso II - CATÁLOGO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ESTIMATIVA DE UST**

<b>Categoria</b>	<b>Atividade</b>	<b>Métrica</b>	<b>Complexidade</b>	<b>Qtde UST</b>	<b>Entregável</b>
1. Automação	1.1 Criar playbook Ansible pronto para produção	Por playbook	Baixa	10	Playbook em produção validado
	1.2 Configurar Pipeline CI/CD	Por pipeline	Média	24	Pipeline automatizado funcionando
	1.3 Automatizar provisionamento de RHEL	Por ambiente	Média	15	Ambiente provisionado via automação
	1.4 Configurar políticas de atualização via Satellite	Por ambiente	Baixa	10	Ambiente com políticas aplicadas
2. Integração	2.1 Desenvolver e expor API REST/GraphQL	Por API	Média	30	API documentada e publicada
	2.2 Construir microserviço de integração	Por microserviço	Alta	48	Microserviço implementado e funcional
	2.3 Criar conector de dados para	Por conector	Média	27	Conector de dados

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

	mensageria/eventos				funcional
	2.4 Integrar aplicações com AMQ Streams (Kafka)	Por cluster	Alta	40	Aplicação integrada a Kafka
	2.5 Configurar mensageria com AMQ Broker	Por instância	Média	23	Instância de mensageria configurada
	2.6 Implementar integração com Debezium	Por integração	Alta	40	Integração CDC validada
	2.7 Publicar esquemas em Service Registry	Por esquema	Média	15	Esquema publicado e versionado
	2.8 Integrar aplicação ao RHBK (SSO)	Por aplicação	Média	18	Aplicação integrada ao SSO
	2.9 Implementar fluxo OIDC/SAML em sistema legado	Por integração	Alta	32	Sistema legado autenticado
	2.10 Configurar login social (IdP externo)	Por IdP	Média	24	Autenticação via IdP habilitada
3. Modernização	3.1 Containerizar aplicação legada	Por aplicação	Alta	80	Aplicação containerizada
	3.2 Converter módulo em microserviço	Por módulo	Média	80	Módulo convertido em microserviço
	3.3 Reescrever módulo crítico de aplicação	Por módulo	Alta	160	Módulo reescrito e validado
	3.4 Refatorar aplicação para uso de Data Grid	Por aplicação	Média	40	Aplicação refatorada e integrada

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

	3.5 Criar dashboard ou relatório customizado	Por dashboard	Baixa	16	Dashboard ou relatório entregue
	3.6 Estender aplicação via API 3scale	Por API	Média	24	API estendida e publicada
	3.7 Criar módulo ou extensão em sistema existente	Por módulo	Média	160	Novo módulo/extensão entregue
	3.8 Construir dashboard interativo	Por dashboard	Média	80	Dashboard interativo funcional
4. Inovação	4.1 Entregar MVP funcional	Por MVP	Média	160	MVP entregue e validado
	4.2 Prototipar workload híbrido (VM + container + middleware)	Por workload	Média	80	Protótipo de workload híbrido
	4.3 Prototipar nova aplicação cloud-native	Por protótipo	Média	60	Protótipo cloud-native entregue
5. Virtualização	5.1 Realizar assessment de inventário VMware ou XCP-ng	Por ambiente	Média	24	Relatório de inventário VMware ou XCP-ng
	5.2 Planejar estratégia de migração para Openshift Virtualization	Por ambiente	Média	32	Documento de estratégia de migração

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

	5.3 Realizar a migração de Máquinas Virtuais VMware para Openshift Virtualization	Por conjunto de 10 máquinas virtuais	Baixa	16	Conjunto de VMs migradas
	5.4 Realizar a migração de Máquinas Virtuais XCP-ng para Openshift Virtualization	Por conjunto de 10 máquinas virtuais	Média	32	Conjunto de VMs migradas
	5.5 Provisionar Máquina Virtual	Por VM	Baixa	4	VM provisionada
	5.6 Criar template de Máquina Virtual	Por template	Baixa	16	Template pronto para uso
	5.7 Integrar workload híbrido (VM + container)	Por workload	Alta	40	Workload híbrido operacional
	5.8 Realizar workshop de transferência de conhecimento de administradores VMware ou XCP-ng para Openshift Virtualization	Por Turma de no máximo 6 participantes	Média	24	Turma treinada
6. Arquitetura	6.1 Elaborar arquitetura de referência	Por documento	Média	80	Documento de arquitetura
	6.2 Desenhar solução multi-site	Por solução	Alta	60	Desenho multi-site
	6.3 Implantar arquitetura desenhada	Por ambiente	Alta	120	Arquitetura implantada
	6.4 Definir arquitetura de segurança	Por solução	Média	32	Documento de arquitetura de segurança
	6.5 Definir arquitetura de integração	Por solução	Média	40	Documento de arquitetura de



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

					integração
	6.6 Revisar arquitetura de ambiente existente	Por ambiente	Baixa	40	Relatório de revisão arquitetural
	6.7 Desenhar solução de cluster	Por nó	Alta	16	Arquitetura de cluster
	6.8 Desenhar arquitetura de identidade federada (RHBK)	Por solução	Alta	40	Documento de identidade federada
	6.9 Implantar RHBK em alta disponibilidade	Por cluster	Alta	56	Cluster RHBK em HA
	6.10 Revisar segurança e conformidade de autenticação	Por ambiente	Média	24	Relatório de conformidade
7. AI/ML	7.1 Provisionar ambiente de treinamento ML/AI	Por ambiente	Alta	60	Ambiente provisionado
	7.2 Construir pipeline de ML	Por pipeline	Média	40	Pipeline de ML criado
	7.3 Implantar modelo em produção (API 3scale ou endpoint REST)	Por modelo	Média	30	Modelo implantado em produção
	7.4 Integrar modelo com aplicação	Por integração	Alta	40	Aplicação integrada ao modelo
	7.5 Prototipar PoC de IA Generativa	Por PoC	Alta	80	PoC de IA generativa

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

					entregue
8. Monitoramento	8.1 Monitoramento 24x7 de Instância Linux (saúde de nós, consumo de CPU/memória/disco, disponibilidade e compliance via Insights)	Por instância/mês	Baixa	2	Relatórios de disponibilidade e compliance
	8.2 Monitoramento 24x7 de clusters OpenShift (capacidade, workloads, networking, uso de storage e balanceamento)	Por nó (master, infra ou worker)/mês	Média	8	Dashboards e alertas do cluster
	8.3 Monitoramento 24x7 de mensageria (throughput, filas, latência, consumo de partições)	Por instância/mês	Média	4	Dashboards e métricas de mensageria
	8.4 Monitoramento 24x7 de serviços de middleware (Data Grid, 3scale, Fuse, Service Registry) - disponibilidade, métricas de uso e erros	Por instância/mês	Média	6	Relatórios de disponibilidade e uso
	8.5 Monitoramento 24x7 de pipelines CI/CD (tempo de execução, taxa de falha/sucesso, gargalos)	Por pipeline/mês	Baixa	2	Indicadores de execução de pipelines
	8.9 Monitorar 24x7 de pipelines de ML (treinamento, validação, deploy de modelos) - consumo de GPU/CPU e duração	Por pipeline de ML/mês	Média	24	Indicadores de execução de pipelines de ML
	8.10 Monitorar modelos de IA em	Por modelo/mês	Média	40	Relatórios de

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

	produção (acurácia, drift de dados, latência de inferência, consumo de recursos)				acurácia, drift e inferência
	8.11 Observabilidade de aplicações, microsserviços e APIs - coleta e análise de logs, métricas técnicas e de negócio, tracing distribuído (APM e 3scale)	Por unidade (aplicação, microsserviço ou API)/mês	Média	12	Logs, métricas e tracing coletados
9. Implantação	9.1 Implantar Red Hat Insights	Por ambiente	Média	18	Insights habilitado
	9.2 Implantar RHEL High Availability (HA) Cluster	Por cluster	Alta	40	Cluster HA implantado
	9.3 Implantar RHEL IdM	Por ambiente	Média	24	IdM configurado
	9.4 Implantar cluster OpenShift	Por cluster	Alta	80	Cluster implantado
	9.5 Implantar OpenShift GitOps (ArgoCD)	Por ambiente	Média	24	GitOps operacional
	9.6 Implantar OpenShift Pipelines (Tekton), Jenkins, Gitlab CI	Por ambiente	Média	24	Pipelines operacionais
	9.7 Implantar OpenShift Service Mesh	Por ambiente	Alta	40	Service Mesh configurado
	9.8 Implantar OpenShift Logging & Monitoring	Por ambiente	Média	24	Observabilidade implantada

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

	9.9 Implantar OpenShift Virtualization	Por cluster	Alta	60	OpenShift Virtualization ativo
	9.10 Implantar OpenShift AI	Por ambiente	Alta	60	OpenShift AI ativo
	9.11 Implantar ACM (Advanced Cluster Management)	Por cluster	Alta	50	ACM operacional
	9.12 Implantar ACS (Advanced Cluster Security)	Por cluster	Alta	50	ACS operacional
	9.13 Implantar AMQ Streams (Kafka)	Por cluster	Alta	50	Kafka implantado
	9.14 Implantar AMQ Broker	Por instância	Média	24	Instância de Broker configurada
	9.15 Implantar Data Grid	Por cluster	Média	30	Cluster Data Grid ativo
	9.16 Implantar 3scale API Management	Por instância	Alta	40	3scale operacional
	9.17 Implantar Service Registry	Por instância	Baixa	16	Service Registry ativo
	9.18 Implantar Fuse	Por ambiente	Alta	50	Fuse implantado
	9.19 Implantar Red Hat SSO (RHBK)	Por cluster	Alta	50	RHBK implantado
	9.20 Implantar Ansible Automation Platform (AAP)	Por ambiente	Alta	50	AAP operacional
	9.21 Implantar Openshift Data Foundation (ODF)	Por Cluster	Alta	60	ODF implantado

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

	9.22 Implantar Quay	Por instância	Baixa	20	Quay implantado
10. Gerenciamento de Projetos	10.1 Realizar a iniciação do projeto (desenvolver termo de abertura, identificar stakeholders e alinhar expectativas iniciais)	Por Projeto	Média	16	Termo de abertura e stakeholders mapeados
	10.2 Realizar o planejamento do projeto (definir escopo, cronograma, orçamento, riscos e comunicação)	Por Projeto	Alta	40	Plano de projeto completo
	10.3 Executar o projeto (coordenar atividades, mobilizar equipe, gerenciar comunicações e stakeholders)	Por ciclo/mês	Média	20	Atividades coordenadas
	10.4 Monitorar e controlar o projeto (acompanhar escopo, cronograma, custos, riscos, mudanças e qualidade)	Por ciclo/mês	Média	20	Relatórios de acompanhamento
	10.5 Encerrar o projeto (obter aceite formal, conduzir lições aprendidas, encerrar contratos e liberar recursos)	Por projeto	Média	16	Relatório final e aceite formal
11. Desenvolvimento de Aplicações Cloud Native	11.1 Levantar e especificar requisitos funcionais e não funcionais (workshops, entrevistas, prototipação e	Por conjunto de até 10 requisitos documentados	Baixa	24	Conjunto de requisitos documentados

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

	registro em backlog: histórias de usuário, casos de uso, critérios de aceite)				
	11.2 Implementar funcionalidades de back-end	Por história de usuário	Baixa	12	Funcionalidade de back-end entregue
	11.2 Implementar funcionalidades de front-end (tela ou dashboard)	Por tela ou dashboard	Baixa	16	Tela ou dashboard entregue
	11.3 Implementar testes unitários automatizados	Por história ou tela	Média	4	Testes unitários entregues
	11.4 Implementar testes automatizados end-to-end em fluxo crítico	Por fluxo	Alta	8	Testes E2E validados
	11.5 Documentação de APIs, módulos e integrações	Por API, módulo ou integração	Baixa	8	Documentação publicada
12. Governança e Conformidade	12.1 Definir modelo de governança para ambientes híbridos (on-premises + cloud + OpenShift)	Por ambiente	Média	40	Documento de governança
	12.2 Estabelecer políticas de acesso e identidade (RBAC, IAM, RHBK)	Por ambiente	Média	24	Políticas aplicadas
	12.3 Criar padrões de tagging, nomenclatura e inventário de recursos	Por ambiente	Baixa	16	Guia de padrões e inventário inicial
	12.4 Definir controles de conformidade (CIS, NIST, LGPD, ISO 27001)	Por controle	Média	4	Relatório de conformidade

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

	12.5 Implantar práticas de FinOps (monitoramento e otimização de custos)	Por máquina virtual ou worker	Média	4	Relatório de custos e plano de otimização
	12.6 Estabelecer política de backup, retenção e recuperação	Por máquina virtual ou worker	Baixa	4	Política de backup e restore definida
	12.7 Criar catálogo de serviços interno (self-service de VMs, containers e aplicações)	Por item de catálogo de serviço disponibilizado	Média	24	Catálogo de serviços publicado

**1. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE CADA ITEM**

1.1. O objeto da contratação deverá ser remunerado pela unidade de referência Unidade de Serviço Técnico (UST), que equivale à hora de trabalho necessária à realização de um serviço ou à geração de um produto ou artefato. Os serviços, produtos ou artefatos, estabelecidos no Catálogo de Serviços, foram valorados em função de sua complexidade, para a qual foram criados níveis proporcionais de esforços, e desta forma garantir uma justa remuneração pelos serviços prestados.

1.2. Para classificar os produtos e artefatos gerados quanto ao grau de complexidade, foram considerados os seguintes critérios:

- 1.2.1. a relevância do objeto;
- 1.2.2. a dificuldade operacional;
- 1.2.3. a quantidade de documentação decorrente;
- 1.2.4. as características técnicas;
- 1.2.5. a especialização profissional necessária no negócio;
- 1.2.6. os tipos de ferramentas gerenciais e operacionais e de tecnologia empregada.

1.3. A classificação quanto ao grau dos níveis de complexidade, baseados nos critérios elencados serão definidos conforme abaixo:

1.3.1. Nível de complexidade - Baixa:

- 1.3.1.1. Realização de um serviço ou atividade com à geração de um produto ou artefato de fácil produção (execução), compreensão e adaptação;
- 1.3.1.2. Serviço ou atividade de característica Rotineira;
- 1.3.1.3. Serviço ou atividade de perfil técnico mínimo júnior.

1.3.2. Nível de complexidade - Média:

- 1.3.2.1. Realização de um serviço ou atividade



com à geração de um produto ou artefato que necessite de um detalhamento para produção (execução), que exige uma apresentação ou elaboração para sua compreensão e tenha baixa adaptação;

1.3.2.2. Serviço ou atividade de característica Rotineira ou projetizada;

1.3.2.3. Serviço ou atividade de perfil técnico mínimo Pleno.

1.3.3. Nível de complexidade - Alta:

1.3.3.1. Realização de um serviço ou atividade com à geração de um produto ou artefato que apresente análise e aponte diretrizes;

1.3.3.2. Serviço ou atividade de característica profetizada;

1.3.3.3. Serviço ou atividade de perfil técnico mínimo Sênior;

Nível de Complexidade	Definição
Baixo	Cada hora de trabalho equivale a 0,5 UST
Médio	Cada hora de trabalho equivale a 0,75 UST
Alto	Cada hora de trabalho equivale a 1,0 UST

Tabela 1 - Fatores de Complexidade

1.4. Para fins de cálculo do total de UST necessário à entrega de cada produto ou artefato estabelecido na ordem de serviço, levar-se-á em consideração o estabelecido no Catálogo de Serviços.

1.5. Considerada a abrangência e a dinâmica da evolução da tecnologia da informação, bem como a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos produtos e dos processos de TIC, não é possível estabelecer previamente e descrever no

Catálogo de Serviços todas as atividades e artefatos que compõem o objeto desta contratação. Assim sendo, no decorrer da execução dos serviços outros quesitos poderão ser considerados na classificação do grau de complexidade, justificadamente e em comum acordo entre a Tribunal e a CONTRATADA, no momento da abertura da Ordem de Serviço e será aplicada a fórmula abaixo para o estabelecimento da quantidade de UST necessária à realização do serviço:

$QTD\_UST = QTD\_Horas * Fator\_Comp$ , onde:

$QTD\_UST$  = quantidade de horas de serviço técnico;

$QTD\_Horas$  = quantidade total de horas para realização do serviço; e

$Fator\_Comp$  = relação entre grau de complexidade e perfil profissional.

O valor de cada ordem de serviço será calculado por meio da seguinte fórmula:

$Valor\_OS = Valor\_UST * Total\_UST$ , onde:

$Valor\_OS$  = valor total em reais da ordem de serviço;

$Valor\_UST$  = corresponderá ao valor em Reais da proposta vencedora; e

$Total\_UST$  = somatório das quantidades de horas de serviço técnico da ordem de serviço.

- 1.6. Na tabela a seguir, é apresentada a quantidade estimada de UST, por período de 12 (doze) meses. O volume a ser contratado no ano poderá ser inferior à quantidade registrada, conforme demanda do Tribunal. As horas de serviço técnico contratadas também poderão não ser executadas na plenitude, pois dependem da demanda do Tribunal.
- 1.7. O detalhamento da quantidade de UST por tipo de

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

serviço tem como finalidade demonstrar a provável distribuição das horas de serviço técnico por itens que compõem o catálogo de serviços, entretanto, os contratos de prestação de serviços não irão apresentar as distribuições projetadas, pois a contratação não será realizada por item de serviço.

- 1.8. Os valores apresentados na tabela a seguir correspondem, aproximadamente, ao esforço atual observado pelo Tribunal para realizar as atividades de apoio ao planejamento. Durante a execução da contratação, a distribuição das USTs pode vir a ser diferente, ou seja, pode haver remanejamento de quantitativos de UST entre os itens, sem que, contudo, seja afetado o equilíbrio financeiro do contrato.

Tabela de Catálogo de Serviços	
Item	Tipo de Processo
1	Automação
2	Integração
3	Modernização
4	Inovação
5	Virtualização
6	Arquitetura
7	AI/ML
8	Monitoramento
9	Implantação
10	Gerenciamento de Projetos
11	Desenvolvimento de Aplicações Cloud Native
12	Governança e Conformidade
TOTAL (3 ANOS)	

## 2. DA DINÂMICA DE DEMANDA E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

### 2.1. Demanda ROTINEIRA:

- 2.1.1. O Tribunal, por meio da área requisitante, realizará uma previsão da quantidade de USTs que irá demandar da CONTRATADA no mês, com base nas atividades estabelecidas no Catálogo de Serviços, e emitirá a Ordem

de Serviço a ser aprovada pelo Gestor do Contrato, acompanhada das assinaturas dos fiscais requisitante e técnico.

- 2.1.2. A CONTRATADA, com base na quantidade prevista de USTs e em conformidade com as atividades do Catálogo de Serviços e seus respectivos perfis profissionais, aloca os profissionais necessários para o atendimento das demandas.
- 2.1.3. A CONTRATADA inicia a execução das atividades, gerindo seus profissionais para que atuem somente em atividades demandadas para atendimento às ordens de serviço abertas, gerando os produtos e artefatos dentro dos padrões de qualidade exigidos.
- 2.1.4. A CONTRATADA quantifica, em conformidade com o Catálogo de Serviços, os serviços realizados no mês e apresenta os relatórios mensais previstos.
- 2.1.5. O Tribunal, de posse dos relatórios e das entregas realizadas pela CONTRATADA deverá aferir a contagem de USTs. Caso haja divergência, essa deverá ser sanada entre as partes.
- 2.1.6. O Tribunal deverá aferir a qualidade dos serviços recebidos, em conformidade com os termos estabelecidos neste Planejamento, e medir os indicadores de níveis de serviços.
- 2.1.7. De posse de todas as informações, os fiscais requisitante e técnico deverão fechar a ordem de serviço, mediante autorização do Gestor do Contrato, e encaminhar à área administrativa para as ações pertinentes.
- 2.1.8. As ordens de serviços aprovadas serão repassadas à CONTRATADA para fins de

faturamento. As ordens de serviços recusadas deverão ser sanadas pela CONTRATADA para faturamento futuro, sem prejuízo do descumprimento dos níveis mínimos de serviços e das penalizações previstas.

**2.2. Demanda POR PROJETO:**

- 2.2.1. O Tribunal, por meio da área requisitante, emitirá solicitação de serviço para a CONTRATADA. A Solicitação deverá ser aprovada pelo fiscal técnico e autorizada pelo Gestor do Contrato.
- 2.2.2. A CONTRATADA, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, deverá elaborar o Plano de Trabalho. As atividades previstas no Catálogo de Serviços deverão ser consideradas com todas as suas características. Para outras atividades que não foram previstas no catálogo de serviços, o Tribunal, juntamente com a CONTRATADA, poderá realizar a análise de viabilidade de alteração do catálogo de serviços.
- 2.2.3. O Tribunal deverá aprovar o Plano de Trabalho. Caso não concorde com o plano apresentado, o Tribunal devolverá para a CONTRATADA para realizar os ajustes necessários. As atividades constantes do Plano de Trabalho deverão ser aderentes ao Catálogo de Serviços.
- 2.2.4. A ordem de serviço será emitida pelo Tribunal com a quantidade de UST definida no plano de trabalho aprovado.
- 2.2.5. A CONTRATADA deverá alocar os profissionais em conformidade com os perfis mínimos exigidos pelo Tribunal;
- 2.2.6. A CONTRATADA deverá executar os serviços

estabelecidos na ordem de serviço.

- 2.2.7. O Tribunal deverá aferir a qualidade dos serviços recebidos, em conformidade com os níveis mínimos de serviço (APÊNDICE "A") e nos termos estabelecidos no Plano de Trabalho e demais exigências constantes no processo de contratação.
- 2.2.8. De posse de todas as informações, os fiscais requisitante e técnico deverão fechar a ordem de serviço, mediante autorização do Gestor do Contrato, e encaminhar à área administrativa para as ações pertinentes.
- 2.2.9. As ordens de serviços aprovadas são repassadas para a CONTRATADA para fins de faturamento. As ordens de serviços recusadas devem ser sanadas pela CONTRATADA para faturamento futuro, sem prejuízo do descumprimento dos níveis de serviços acordados e das penalizações previstas.

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

**APÊNDICE "A"**

**ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

INDICADORES DE DESEMPENHO			
Indicador	Unidade de Medida	Limite aceitável	Finalidade
Serviços entregues no prazo (SEP)	Percentual	90%	Verificar se os prazos acordados para atender a projetos ou necessidades dos usuários estão sendo cumpridos pelo serviço
Serviços entregues com qualidade (SEQ)	Percentual	90%	quantidade de artefatos produzidos pela CONTRATADA que foram aceitos pelo Tribunal
Índice de Disponibilidade da solução	Percentual	>=98%	Mensurar disponibilidade da ferramenta durante o mês

**NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO**

Indicadores	Modo	Nível Mínimo Aceitável	Nível Máximo Esperado	Ocorrência	Desconto no Pagamento da Fatura
Serviços entregues no prazo (SEP)	Medição individual da diferença entre o prazo medido e o prazo executado na ordem de serviço	90% das ordens de serviços do mês cumpridas dentro dos prazos acordados	100% das ordens de serviços do mês dentro dos prazos acordados	>= 0% e < 20%	10%
				>= 20% e < 40%	7%
				>= 40% e < 60%	5%
				>= 60% e < 80%	3%
				>= 80% e < 90%	1%

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 (Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

Serviços entregues com qualidade (SEQ)	Quantidade de artefatos aceitos em razão do total de Ordens de Serviço	90% dos artefatos do período entregues com qualidade	10% dos artefatos recusados no período	>= 0% e < 20%	10%
				>= 20% e < 40%	7%
				>= 40% e < 60%	5%
				>= 60% e < 80%	3%
				>= 80% e < 90%	1%
Índice de Disponibilidade da solução	Monitoramento Interna da ferramenta	98%	100% de Sistema funcionando	Menor que 93%	10%
				>= 93% e < 94,2%	7%
				>= 94,2% e < 95,6%	5%
				>= 95,6% e < 96,8%	3%
				>= 96,8% e < 98%	1%





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

## **APENSO III**

### **COPARTICIPANTES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Processo Administrativo Nº 3217/2025**

### **SUBSCRIÇÃO DE ASSINATURAS DE PRODUTOS RED HAT, TREINAMENTO E SERVIÇOS TÉCNICOS**

Belém-PA, 14 de abril de 2025

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

**RELAÇÃO DOS COPARTICIPANTES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**IRP Nº 07/2026 (Doc. 47)**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS COPARTICIPANTES			
			TR T2	TRT8	TRT11	T R T 2 2
1	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos de software da linha Red Hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, JBoss Enterprise Middleware, Openshift e demais correlatos, incluindo suporte e garantia.	CRD	162	4.000	2.000	1.000
2	Créditos de Unidade de Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat.	UT	0	200	200	10
3	Serviços Técnicos Especializados para ecossistema de produtos da linha Red Hat.	UST	0	10.036	5.000	C

**Quadro 1 - Estimativa de Consumo**

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

**ENDEREÇO DOS COPARTICIPANTES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**IRP Nº 07/2026 (Doc. 47)**

TRT	ENDEREÇO
TRT da 2ª REGIÃO	Rua da Consolação, 1272 - São Paulo/SP. CEP 01302-906
TRT da 8ª REGIÃO	Tv. D. Pedro I, 746 - Umarizal - Belém/PA. CEP: 66050-100
TRT da 11ª REGIÃO	Rua Visconde de Porto Alegre, 1265. Bairro: Praça 14 de Janeiro CEP: 69.020-130. Manaus/AM
TRT da 22ª REGIÃO	Av. João XXIII, 1460, bairro dos Noivos. Teresina-PI, Cep: 64045-000



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026  
REGISTRO DE PREÇOS

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA ESCRITA**

Prezados Senhores,

A Empresa....., situada à..... (endereço completo), inscrita no CNPJ ..... CONTA CORRENTE:..... BANCO (COD):..... AGÊNCIA (COD):....., e telefones/fax para contatos: ....., por intermédio de seu representante legal, nome, estado civil, profissão, cargo na empresa, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, fax, e-mail, para os fins do **Pregão Eletrônico nº. 90010/2026**, e após examinar todas as cláusulas e condições, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos.

Declaramos concordar com os prazo previstos, como também, com as demais condições previstas no **Termo de Referência - Anexo I** do edital.

Declaramos que estão inclusos nos preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados, com a finalidade de otimização e redução de custos e as despesas decorrentes da execução do objeto.

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de ..... **(mínimo de 60 dias)**, contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

Declaramos que os itens abaixo serão prestados de acordo com suas respectivas especificações técnica detalhadas no ANEXO I- Termo de referência.

Declaramos que o valor UNITÁRIO e GLOBAL de nossa proposta está detalhado conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos de software da linha Red Hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, JBoss Enterprise Middleware, Openshift e demais correlatos, incluindo suporte e garantia.	7162	R\$	R\$
2	Créditos de Unidade de Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat.	410	R\$	R\$
3	Serviços Técnicos	16036	R\$	R\$



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

	Especializados para ecossistema de produtos da linha Red Hat.			
TOTAL\$				

....., ..... de..... de 2026.

**Responsável da Empresa**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026  
REGISTRO DE PREÇOS

**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**

Prezados Senhores,

A Empresa....., situada à..... (endereço completo), inscrita no CNPJ ..... CONTA CORRENTE:..... BANCO (COD):..... AGÊNCIA (COD):....., e telefones/fax para contatos: ....., por intermédio de seu representante legal, nome, estado civil, profissão, cargo na empresa, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, fax, e-mail, para os fins do **Pregão Eletrônico nº. 90010/2026** e após examinar todas as cláusulas e condições, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos.

Declaramos concordar com o prazo de entrega, como também, com as demais condições previstas no **Termo de Referência - Anexo I** do edital.

Declaramos que estão inclusos nos preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados.

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de..... (mínimo de 60 dias), contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

Declaramos que o(s) item(ns) abaixo será(ão) fornecido(s) de acordo com suas respectivas especificações técnicas detalhadas no Anexo I - Termo de Referência.

Declaramos que o valor UNITÁRIO e TOTAL de nossa proposta está detalhado conforme tabela abaixo:

**DECLARAMOS ACEITAR COTAR OS BENS/OBJETOS DO CERTAME COM PREÇOS IGUAIS AO DA LICITANTE VENCEDORA, NAS MESMAS UNIDADES E QUANTITATIVOS, CONFORME TABELA ABAIXO:**

detalhado conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos de software da linha Red Hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, JBoss Enterprise Middleware, Openshift e demais correlatos, incluindo suporte e garantia.	7162	R\$	R\$
2	Créditos de Unidade de Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat.	410	R\$	R\$
3	Serviços Técnicos	16036	R\$	R\$



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

	Especializados para ecossistema de produtos da linha Red Hat.			
TOTAL				

....., ..... de..... de 2026.

**Responsável da Empresa**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026  
REGISTRO DE PREÇOS

**ANEXO IV**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/2026**

**Pregão Eletrônico Nº 90010/2026- Processo TRT8ª nº 3217/2025**

No dia...de...de 2026, no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, foram registrados, em sessão pública, o(s) preço(s) apresentado(s) pela(s) empresa(s) abaixo discriminada(s) para Contratação, por meio de registro de preço para eventual aquisição, de créditos para subscrições de produtos e serviços da linha Red Hat Enterprise e demais correlatos com suporte e manutenção; créditos de unidade de treinamento oficial Red Hat e serviço técnico especializado para o ecossistema de produtos da linha Red Hat, conforme **ANEXO I - Termo de Referência e na Proposta de preços, independentemente de transcrição, por serem partes integrantes desta Ata de Registro de Preço.**

**1. DOS PREÇOS REGISTRADOS.**

detalhado conforme tabela abaixo:

**LOTE ÚNICO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos de software da linha Red Hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, JBoss Enterprise Middleware, Openshift e demais correlatos, incluindo suporte e garantia.	7162	R\$	R\$
2	Créditos de Unidade de Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat.	410	R\$	R\$
3	Serviços Técnicos Especializados para ecossistema de produtos da linha Red Hat.	16036	R\$	R\$
<b>TOTAL\$</b>				

Empresa vencedora (1º Lugar):

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Representante:





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

C. P. F.:

RELAÇÃO DE LICITANTES NA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, NOS TERMOS DO **ARTIGO 18 DO DECRETO Nº 11.462/2023**, A SEGUIR:

Empresa vencedora (2º Lugar):

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Representante:

C. P. F.:

**2. ENCARGOS DO TRIBUNAL (CONTRATANTE) .**

**2.1.** A contratante atenderá as obrigações previstas no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**3. ENCARGOS DA DETENTORA DA ATA.**

**3.1.** A DETENTORA atenderá as obrigações previstas **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**4. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS, FISCAIS E GERAIS.**

**4.1.** À **Detentora da Ata** caberá, ainda:

**4.1.1.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRIBUNAL;

**4.1.2.** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do TRIBUNAL;

**4.1.3.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

**4.1.4.** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da Contratação.

**4.2.** A inadimplência da **Detentora da Ata**, com referência aos encargos estabelecidos neste item, não transfere à Administração do TRIBUNAL a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da contratação, razão pela qual a **Detentora da Ata** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o TRIBUNAL.

**4.3.** É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal durante a vigência da Ata de Registro de Preços.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**4.4.** É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca desta Contratação, salvo se houver prévia autorização da Administração do Tribunal.

**4.5.** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto licitatório, conforme consta do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, para a prestação do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**4.6.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, nos termos da **Resolução nº. 07/2005 do CNJ**. A vedação contida na **Resolução nº. 07/2005 do CNJ** não se aplica aos agentes citados, quando este não atuarem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não haver, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório, **nos termos da resolução nº. 229/2016 do CNJ**.

**4.7.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação do **Art. 1º e 2º da Resolução nº. 156/2012 do CNJ**.

**4.8.** A Detentora da Ata, deverá dispor de um endereço de e-mail válido, o qual será fornecido, no ato da contratação, e que será utilizado para o recebimento de todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo TRIBUNAL.

**4.9.** A Detentora da Ata deverá realizar seu cadastro no Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO JT.

**4.10.** A Detentora da Ata deverá apresentar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, através do Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO JT, os documentos fiscais da própria empresa através do Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO JT para ateste da prestação do serviço e pagamento.

**4.11.** A administração deverá abster-se de ações que possam ser consideradas como intervenção indevida na gestão interna do contratado, em atenção ao disposto no Art. 48, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

**4.12.** Será exigido a comprovação, por parte da contratada, da regularidade fiscal, incluindo a seguridade social, sob pena de violação do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal; 16.8.1. Será exigido do contratado, manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 16.8.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada na pendência da atestação de conformidade da prestação do serviço, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira. 16.8.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, conforme consta do Art. 143 da Lei 14.133/2021. 16.8.4. O setor competente para proceder o pagamento deve, antes, realizar a liquidação, observando a **CLÁUSULA DA LIQUIDAÇÃO**.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026  
REGISTRO DE PREÇOS**

**5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

- 5.1. As especificações técnicas do(s) item(s)/lote(s) registrado(s) esta(ão) detalhada(as) em suas respectiva(s) descrição(ões) no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital do Pregão Eletrônico nº 90010/2026** que integra esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 5.2. Os prazos, procedimentos prévios e forma de execução do objeto deverão ocorrer conforme estabelecido no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital do Pregão Eletrônico nº 90010/2026** que integra esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 5.3. O detentor da Ata de Registro deverá informar ao TRIBUNAL sobre quaisquer situações que possam vir a alterar as condições do compromisso assumido, bem como prestar esclarecimento que se fizerem necessários, sempre que requisitado.
- 5.4. Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, que poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme constam dos termos dos **Arts. 84 da Lei nº 14.133/2021 c/c Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023**, tendo início e vencimento em dia de expediente.
- 5.5. Em se tratando de execução de serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, será vedada a contratação, no mesmo órgão ou na mesma entidade, de mais de uma empresa, ressalvado o disposto no **art. 49 da Lei nº 14.133, de 2021**.
- 5.6. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO** e do Fornecedor Beneficiário.
- 5.7. Fica eleito o foro de Belém - PA, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
- 5.8. O contratado ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos.

**6. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES, ATUALIZAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DE PREÇOS REGISTRADOS.**

- 6.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados poderão ser reajustados com base no Índice de Custo de Tecnologia da Informação/ICTI, observada a regra da anualidade e contados da data do orçamento a que se referem, e desde que nas hipóteses que se coadunarem com o objeto desta licitação decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no **Art. 25 do Decreto nº 11.462/2023**.
- 6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Tribunal convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado nos moldes do **Art. 26 do Decreto nº 11.462/2023**.
- 6.2.1. Frustrada a negociação de que trata este subitem, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

de penalidades administrativas, cabendo ao TRIBUNAL convocar os demais fornecedores constantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação original, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado em igual oportunidade e negociação, quando possível.

**6.2.2.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no **art. 29 do Decreto nº 11.462/2023**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

**6.2.3.** Caso ocorra a redução do preço registrado resultado da negociação entre as partes, o Tribunal comunicará aos órgãos e às entidades que porventura tenham firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no **Art. 35 do Decreto nº 11.462/2023 c/c Art. 124 da Lei n 14.133/2021**.

**6.3.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será a ele facultado requerer ao Tribunal a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, nos moldes do **Art. 27 do Decreto nº 11.462/2023**.

**6.3.1.** o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**6.3.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Tribunal e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no **art. 28 do Decreto nº 11.462/2023**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

**6.3.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no **subitem 6.3.2**, o Tribunal convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **§ 3º do art. 18 do Decreto nº 11.462/2023**.

**6.3.4.** Inexistindo êxito nas negociações, o TRIBUNAL procederá ao cancelamento da Ata de registro de preços, nos termos do disposto no **art. 29 do Decreto nº 11.462/2023**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.3.5.** Na hipótese de comprovação do disposto no subitem 6.3, o Tribunal atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**6.3.6.** O Tribunal comunicará aos órgãos e às entidades que porventura tenham firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no **Art. 35 do Decreto nº 11.462/2023 c/c Art. 124 da Lei n 14.133/2021**.

**6.4.** Em qualquer das hipóteses, a fixação de novo preço deverá ser consignada na Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis.

**6.5.** É vedada a participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme disposto do **inc. VIII do Art. 82 da Lei n 14.133/2021 e inc. VII do Art. 15 do Decreto nº 11.462/2023.**

**6.6.** Observando o termos da norma contida do **Art. 23 do Decreto nº 11.462/2023**, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

**6.7.** O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços, sob os termos do **Art. 24 do Decreto nº 11.462/2023**, serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto a:

**I** - os quantitativos e os saldos;

**II** - as solicitações de adesão; e

**III** - o remanejamento das quantidades.

**6.7.1.** O disposto no **caput** observará os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional que será publicado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

**Belém/PA, .... de .... de 2026**

\_\_\_\_\_  
**PRESIDENTE /TRT8ª**

\_\_\_\_\_  
**Representante da Empresa**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026  
REGISTRO DE PREÇOS

**ANEXO V**

**CONTRATO TRT Nº XXX/2026**

CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE CRÉDITOS PARA SUBSCRIÇÕES DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA LINHA RED HAT ENTERPRISE E DEMAIS CORRELATOS COM SUPORTE E MANUTENÇÃO; CRÉDITOS DE UNIDADE DE TREINAMENTO OFICIAL RED HAT E SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA O ECOSISTEMA DE PRODUTOS DA LINHA RED HAT, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**CONTRATANTES:** A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, inscrito no Ministério da Fazenda, sob o nº 01.547.343/0001-33, com sede na Trav. D. Pedro I, nº 746, Bairro: Umarizal, Belém-Pará, CEP: 66.050-100, e a Empresa xxxxxxxx, doravante denominados, respectivamente, TRIBUNAL e CONTRATADA.

**REPRESENTANTES:** O(A) Sr(a). xxxxxxxxx, RG: xxxxxxxx - SEGUP/PA, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, **PRESIDENTE** do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, representa a UNIÃO, e o(a) Sr(a). xxxxxxxx, C.P.F. Nº xxxxxxxx, residente e domiciliado(a) à xxxxxxxx, representa a CONTRATADA.

**SEDE E REGISTRO DA CONTRATADA:** A CONTRATADA é estabelecida na cidade de xxxxxxxx, Estado do xxxxxxxx, na Rua xxxxxxxx e está inscrita no Ministério da Fazenda, sob o nº xxxxxxxx, Inscrição Estadual nº xxxxxxxx.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO DO CONTRATO.**

1.1. Este Contrato decorre da Licitação realizada, através do Pregão Eletrônico nº 90010/2026, Processo T.R.T. Nº 3217/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 8.078/1990 e do Decreto nº 11.462/2023.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO - CONFORME Anexo I .**

2.1. Contratação, por meio de registro de preço, de créditos para subscrições de produtos e serviços da linha Red Hat Enterprise e demais correlatos com suporte e manutenção; créditos de unidade de treinamento





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

oficial Red Hat e serviço técnico especializado para o ecossistema de produtos da linha Red Hat no **ANEXO I - Termo de Referência** deste contrato, que são partes integrantes deste instrumento e na proposta comercial, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR.**

**3.1.** O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ ... (...), correspondente as valores detalhados na(s) tabela(s) abaixo:

**detalhado conforme tabela abaixo:**

**LOTE ÚNICO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Créditos de subscrições, por item individual, de produtos de software da linha Red Hat, inclusive, Red Hat Enterprise Linux, JBoss Enterprise Middleware, Openshift e demais correlatos, incluindo suporte e garantia.	7162	R\$	R\$
2	Créditos de Unidade de Treinamento oficial para produtos da linha Red Hat.	410	R\$	R\$
3	Serviços Técnicos Especializados para ecossistema de produtos da linha Red Hat.	16036	R\$	R\$
<b>TOTAL\$</b>				

**3.2.** As especificações técnicas dos itens contratados estão detalhadas em suas respectivas descrições no **ANEXO I - Termo de Referência** que integram este contrato, independentemente de transcrição.

**3.3.** Nos valores acima consignados já estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços de montagem, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato e seu anexo.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

**4.1.** As despesas decorrentes do presente Contrato correrão, conforme segue:

\*\*\*\*\*

**CLÁUSULA QUINTA - DOS LOCAIS, PRAZOS E PROCEDIMENTOS NA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO.**

**5.1.** O objeto deste contrato deverá ser executado nos prazos e procedimentos previstos no **ANEXO I - Termo de Referência**, que é parte integrante deste contrato, independente de transcrição.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

5.1.1. Os locais de entrega do objeto deste contrato estão previstos do **ANEXO I - Termo de Referência**, que é parte integrante deste contrato, independente de transcrição.

5.2. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, **regular-se-ão** pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado (**Art. 89 c/c Inc. III, Art. 92 ambos da Lei 14.133/2021**)

5.3. O contrato **deverá ser executado fielmente pelas partes**, de acordo com as cláusulas nele avençadas e as normas da **Lei 14.133/2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial; outrossim, observando-se rigorosamente as **especificações e exigências** nele definidas e no **Anexo I - Termo de Referência**.

5.4. Quaisquer alterações contratuais somente poderão ser aqui introduzidas com observância no que for compatível ao objeto deste contrato.

5.5. Os **atrasos** na execução do objeto deste Contrato somente serão justificáveis quando decorrerem de **casos fortuitos ou de força maior** conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro, ou por força de fatos relacionados com o TRIBUNAL.

5.5.1. Na ocorrência de tais fatos, os **pedidos de prorrogação** deverão ser encaminhados a FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento.

**CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.**

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação nos da Lei nº 14.133/2021, contados a partir do recebimento definitivo da solução, conforme previsto no **subitem 1.2.4. do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, que poderá ser prorrogado nos moldes do **Art. 105 da Lei nº 14.133/2021**.

6.1.1. A contagem do prazo de vigência tem eficácia, após a publicação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) que é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura (Inc. I, Art. 94, Lei nº 14.133/2021).

**CLÁUSULA SÉTIMA - ENCARGOS DO TRIBUNAL (CONTRATANTE).**

7.1. A contratante atenderá as obrigações previstas no subitem 9.2 do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA OITAVA - ENCARGOS DA CONTRATADA.**

8.1. A contratada atenderá as obrigações previstas no subitem 9.1 do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS, FISCAIS E GERAIS.**

9.1. À CONTRATADA caberá, ainda:

9.1.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor,





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRIBUNAL;

**9.1.2.** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação do objeto ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do TRIBUNAL;

**9.1.3.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

**9.1.4.** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do presente Contrato.

**9.2.** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste item contratual, não transfere à Administração do TRIBUNAL a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o TRIBUNAL.

**9.3.** É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal durante a vigência deste Contrato.

**9.4.** É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Tribunal.

**9.5.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, GARANTIA DA CONTRATAÇÃO (ART. 96 DA LEI Nº 14.133/2021) Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento), tal como descrito nas cláusulas do contrato.

**9.5.1.** Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até 15 dias após a assinatura do contrato para análise e aprovação da minuta de apólice por parte da Assessoria Jurídica deste Regional.

**9.5.2.** A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

**9.6.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, nos termos da **Resolução nº. 07/2005 do CNJ**. A vedação contida na **Resolução nº. 07/2005 do CNJ** não se aplica aos agentes citados, quando este não atuarem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não haver, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório, nos termos da **Resolução nº. 229/2016 do CNJ**.

**9.7.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação do **Art. 1º e 2º da Resolução nº. 156/2012 do CNJ**.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**9.8. A CONTRATADA deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos documentos fiscais (notas fiscais) com vistas à liquidação e pagamento, por meio do link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>;**

**9.9. A CONTRATADA terá acesso a um guia detalhado das funcionalidades do sistema SIGEO - JT pelo link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>.**

**9.10. Será exigido a comprovação, por parte da contratada, da regularidade fiscal, incluindo a seguridade social, sob pena de violação do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal. Será exigido do contratado, manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; Nenhum pagamento será efetuado à contratada na pendência da atestação de conformidade da prestação do serviço, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, conforme consta do Art. 143 da Lei 14.133/2021. O setor competente para proceder o pagamento deve, antes, realizar a liquidação, observando a **CLÁUSULA DA LIQUIDAÇÃO**.**

**9.11. Considerar também o item 9 do Termo de Referência sobre obrigações.**

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.**

**10.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado (Art. 89 c/c Inc. III, Art. 92 ambos da Lei 14.133/2021)**

**10.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas nele avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial; outrossim, observando-se rigorosamente as **especificações e exigências** nele definidas e no **Anexo I - Termo de Referência**.**

**10.3. Quaisquer alterações contratuais somente poderão ser aqui introduzidas com observância no que for compatível ao objeto deste contrato.**

**10.4. Os atrasos na execução do objeto deste Contrato somente serão justificáveis quando decorrerem de **casos fortuitos ou de força maior** conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro, ou por força de fatos relacionados com o TRIBUNAL.**

**10.4.1. Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação deverão ser encaminhados a FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento.**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.**

**11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente **formalmente designados pela CONTRATANTE** conforme requisitos estabelecidos no **art. 7º da Lei nº 14.133/2021**, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, aos quais compete **acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar** a prestação do objeto, bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem;

**11.2.** A fiscalização adotará os **seguintes mecanismos** para realizar a **comunicação** com a CONTRATADA:

- a) Via telefone;
- b) Via ofício ou notificação;
- c) Via e-mail;
- d) Via presencial.

**11.3.** A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao objeto;

**11.4.** Durante a execução do objeto deste contrato, fica reservada à Equipe de Gerenciamento do Contrato a autonomia para decidir sobre quaisquer casos que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital do Pregão Eletrônico nº 90010/2026**, ou, ainda, nas disposições deste decorrente Instrumento Contratual;

**11.4.1.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da FISCALIZAÇÃO deverão ser encaminhadas a seus superiores hierárquicos em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

**11.5.** A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a seu critério, realizar inspeções periódicas com o fim de verificar o cumprimento das especificações constantes do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital do Pregão Eletrônico nº 90010/2026**;

**11.6.** A fiscalização e o acompanhamento do objeto deste contrato não reduz nem exime as responsabilidades da empresa CONTRATADA perante o TRT8 ou terceiros quanto aos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

**11.7.** Qualquer tolerância por parte da Equipe de Gerenciamento do Contrato em relação ao estabelecido no contrato não implicará em alteração de cláusulas ou condições pactuadas;

**11.8.** A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá exigir que a CONTRATADA estabeleça novos procedimentos administrativos, visando aprimoramento de controles e melhoria da rotina e da qualidade da prestação do objeto;

**11.9.** A FISCALIZAÇÃO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando o que for necessário à regularidade das faltas ou defeitos observados.

**11.10.** A FISCALIZAÇÃO poderá sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que esta medida se tornar necessária.

**11.11.** O Gestor do contrato será auxiliado pelos **órgãos de assessoramento jurídico** e de **controle interno do Tribunal**, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual (§ 3º, Art. 117, Lei 14.133/2021).

**11.12.** O contratado será obrigado a **reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

em que se verificarem **vícios, defeitos ou incorreções** resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**11.13.** Na hipótese de ocorrência de **caso fortuito ou de força maior** que tenha o condão de motivar o atraso na prestação do objeto no prazo previsto neste Instrumento, deve a CONTRATADA submeter os fatos, por escrito, à FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a execução do objeto do Contrato.

**11.14.** Definição de papéis e responsabilidades:

PAPEL	RESPONSABILIDADES
Fiscal    Técnico	Fiscalizar a execução física do Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução, acompanhando a execução física do Contrato e seus aspectos funcionais, inclusive, a prestação de serviços relativos à garantia técnica;
	Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato;
	Representar o TRT8 nas questões técnicas e operacionais do Contrato;
	Prestar informações técnicas ao Gestor, para possibilitar a análise administrativa e financeira do Contrato;
	Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, informando a data e o nome dos profissionais eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos;
	Relatar, por escrito, ao Gestor qualquer fato que gere atraso ou impossibilidade de cumprimento do Contrato.
Gestor   do Contrato	Representar a Unidade Demandante do TRT8 acompanhando toda a execução do Contrato;
	Gerenciar a execução do Contrato;
	Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato;
	Representar o TRT8 nas questões administrativas e financeiras;
	Prestar informações técnicas necessárias à análise administrativa e financeira do Contrato.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

Preposto	Representar a empresa contratada;
	Acompanhar a execução do Contrato e atuar como principal interlocutor junto ao TRT8, participando, inclusive, das reuniões para as quais for convocado;
	Receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas no curso da execução contratual.

**11.15.** A Fiscalização contratual atuará com base no modelo de gestão definido no Manual de Gestão e fiscalização de Contratos Administrativos, constante no endereço: [https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/governanca/manual\\_com\\_portaria.pdf](https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/governanca/manual_com_portaria.pdf)

**11.15.1.** Nos termos do **Manual de Gestão de Contratos Administrativos do TRT8** será **designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização** para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

**11.15.1.1.** O **Fiscal do Contrato** deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, seu(s) anexo(s)/apenso(s) e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

**11.16.** O **acompanhamento e a fiscalização** da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do(s) objeto(s) e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos **art. 140 da Lei nº 14.133/2021**.

**11.17** - Compete ao(s) FISCAL(IS) TÉCNICO(S) auxiliar(em) o GESTOR DO CONTRATO no exercício de suas funções, recaiando a indicação preferencialmente em servidor lotado nas unidades servidas pelos postos terceirizados.

**11.18** - Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o **NÍVEL DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS**, conforme consta do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das **faltas, falhas e irregularidades** constatadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**12.1.** As aquisições dos objetos deste contrato serão orientadas a partir dos requisitos referentes a especificações técnicas e condições de fornecimento constantes no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO.**

**13.1.** A subscrição de cada uma das licenças de produtos Red Hat deverá ser disponibilizada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

sucessivamente o órgão emitirá os termos de recebimento provisório e/ou definitivo.

**13.2.** Os treinamentos deverão ser oficiais da Red Hat e serão autorizados **via empenho, sendo** emitido termo de recebimento provisório e/ou definitivo após a sua conclusão.

**13.3.** O fiscal técnico do contrato será responsável por verificar e atestar o cumprimento das exigências técnicas, confirmando o funcionamento da solução, a aplicação das políticas de segurança e a conformidade com os níveis de serviço (SLA).

**13.4.** O fiscal administrativo do contrato será responsável por verificar os aspectos administrativos e financeiros da execução, atestando a regularidade dos documentos fiscais e dos registros exigidos para fins de liquidação e pagamento.

**13.5.** A Contratada fica obrigada a corrigir, ajustar ou substituir, às suas expensas, quaisquer componentes da solução, configurações ou serviços que apresentem falhas, vícios ou não conformidades, sendo vedado o atesto definitivo enquanto houver pendências técnicas ou administrativas a sanar.

**13.6.** Os serviços e soluções poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações técnicas e administrativas previstas neste Termo de Referência e em seus anexos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**13.7.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento definitivo deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca da execução técnica e administrativa, anexando os documentos comprobatórios e encaminhando-os ao gestor do contrato para liquidação e pagamento.

**13.8.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da Nota Fiscal, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade, conformidade e disponibilidade do serviço, conforme os seguintes procedimentos:

**13.9.** Emissão de relatórios técnicos e de suporte correspondentes ao período;

**13.10.** Comunicação formal e envio da Nota Fiscal ou fatura com o valor apurado pela fiscalização;

**13.11.** Encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da liquidação e do pagamento.

**13.12.** Em caso de divergência sobre a execução do objeto, quanto à qualidade, quantidade ou conformidade, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, procedendo-se ao pagamento apenas da parcela incontroversa, até a solução da pendência.

**13.13.** Nenhum prazo de pagamento será contado enquanto houver inconsistências técnicas, administrativas ou documentais pendentes de correção pela Contratada.

**13.14.** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil e técnica da Contratada pela segurança, disponibilidade e integridade dos serviços, nem a responsabilidade ética e profissional pela perfeita execução do contrato durante toda a sua vigência.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ATESTAÇÃO.**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1.** A atestação do objeto do Contrato caberá ao servidor designado pelo Diretor(a)-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para **acompanhar, orientar e fiscalizar** a execução contratual, denominado FISCALIZAÇÃO.

**14.2.** A FISCALIZAÇÃO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**14.3.** O pagamento será efetuado em **parcela única**, no caso das subscrições dos produtos Red Hat contratados e para o caso dos treinamentos realizados, e em **parcelas mensais**, no caso do serviço técnico especializado para o ecossistema Red Hat, todos no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa de cada período, conforme item anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**14.4.** As notas fiscais deverão ser enviadas pelo contratado por meio do sistema SIGEO, para fins de processamento e pagamento.

**14.5.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária informado pela Divisão de Contabilidade do Tribunal.

**14.6.** Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**14.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**14.6.** Quando dos pagamentos, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**14.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**14.8.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, os pagamentos ficarão condicionados à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**14.9.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**14.9.1.** Não produzir os resultados acordados;

**14.9.2.** Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

**14.9.3.** Deixar de disponibilizar os recursos técnicos e humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**14.9.4.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**14.9.5.** Disponibilidade do serviço em conformidade com os níveis de serviço (SLA) contratados;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

- 14.9.6.** Entrega de relatórios de desempenho e funcionamento da solução, quando solicitados;
- 14.9.7.** Cumprimento dos prazos para resolução de incidentes e chamados de suporte;
- 14.9.8.** Realização das atualizações e manutenções corretivas e evolutivas previstas;
- 14.9.9.** Execução das ações de transição, treinamento e transferência de conhecimento, quando aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA-LIQUIDAÇÃO**

**15.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**15.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**15.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**15.4.** A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**15.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**15.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**15.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**15.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA-Forma e prazo de pagamento**

**16.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

**16.1.1** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devido ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, considerando os encargos monetários, terá a aplicação da seguinte fórmula:

**16.1.2. EM:  $I \times N \times VP$**

**16.1.3.** Onde:

**16.1.4.** EM = Encargos moratórios;

**16.1.5.** N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**16.1.6.** VP = Valor da parcela a ser paga;

**16.1.7.** I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:  $I = (T/100)/365$ ,  $I = 0,0001644$ ;

**16.1.8.** TX = Percentual da taxa anual = %.

**16.1.9.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**16.1.10.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**16.1.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**16.1.12.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**16.1.13** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**16.2. Antecipação de pagamento**



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026  
REGISTRO DE PREÇOS**

Não haverá antecipação de pagamento em nenhuma hipótese.

**16.2.1. A contratação não deve ser parcelada, pois trata-se** de créditos para subscrições de produtos e serviços da linha red hat enterprise e demais correlatos com suporte e manutenção; créditos de unidade de treinamento oficial red hat e serviço técnico especializado para o ecossistema de produtos da linha red hat.

**16.2.2. O fracionamento da contratação geraria incompatibilidades técnicas, perda de padronização de segurança, duplicidade de suporte e aumento de custos, além de inviabilizar a gestão centralizada de políticas e auditorias.**

**16.2.3.** Assim, por razões técnicas e econômicas, a contratação será realizada em lote único, garantindo a integração plena.

**16.2.4.** A contratação de créditos para subscrição será feita com pagamento único para o período de utilização da solução contratada; a contratação de créditos de treinamento oficial para produtos da linha Red Hat será feita com pagamento único; e a contratação do serviço técnico especializado para o ecossistema Red Hat dar-se-á com pagamento mensal.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.**

**17.1.** Este Instrumento poderá ser alterado na forma como disciplina os arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, que remete ao **Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021**, observando-se o que for compatível ao objeto deste contrato.

**17.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021..

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO/EXTINÇÃO.**

**18.1.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**18.2.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o TRIBUNAL, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**18.2.1.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato (anualidade), desde que haja a notificação do contratado nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**18.2.2.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**18.3.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser **formalmente motivada nos autos do processo**, assegurados o **contraditório e a ampla defesa**, as seguintes situações que forem aplicáveis ao objeto deste contrato, previstas no **Art. 137 da Lei nº 14.133/2021**:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**I** - não cumprimento ou cumprimento irregular de **normas editalícias** ou de **cláusulas contratuais**, de especificações, de projetos ou de prazos;

**II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para **acompanhar e fiscalizar** sua execução ou por autoridade superior;

**III** - **alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa** que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**IV** - decretação de **falência** ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**V** - caso **fortuito ou força maior**, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**VI** - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

**VII** - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

**VIII** - **razões de interesse público**, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

**IX** - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para **pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz**.

**18.4.** O **contratado** terá **direito à extinção do contrato** nas hipóteses previstas no § 2º do Art. 137 da Lei nº 14.133/2021 que forem compatíveis ao objeto deste contrato.

**18.5.** A extinção do contrato poderá ocorrer sob as seguintes formas, conforme consta do Art. 138 da Lei nº 14.133/2021:

**18.5.1.** Determinada por **ato unilateral e escrito da Administração**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; ou

**18.5.2.** **Amigável/Consensual**, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Administração do TRIBUNAL;

**18.5.3.** Determinada por **decisão judicial**.

**18.6.** A extinção determinada por **ato unilateral da Administração** e a **extinção Amigável/Consensual** deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**18.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório

**CLÁUSULA DÉSIMA NONA - DAS PENALIDADES.**

**19.1.** Pelo descumprimento das condições previstas neste instrumento, cumprimento do objeto de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação das seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções previstas no Edital:

**19.1.1. ADVERTÊNCIA**

**19.1.1.1.** A CONTRATADA será notificada formalmente pelo CONTRATANTE em caso de descumprimento de obrigação contratual e terá que apresentar as devidas justificativas em um prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**19.1.1.2.** Caso não haja manifestação dentro desse prazo ou o Tribunal entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, a CONTRATADA será advertida.

**19.1.1.3.** Conforme consta do § 2º, Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, esta infração será aplicada exclusivamente quando se der causa à inexecução parcial do contrato (Inc. I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**19.1.2. MULTA:**

**19.1.2.1.** Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos requisitos temporais, será cobrada multa no valor de 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia corrido de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias de atraso.  
**19.1.2.2.** Em caso de inexecução parcial do contrato, com a aceitação pela Administração, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

**19.2. Impedimento de licitar e contratar com a União, e, ainda, descredenciamento no SICAF e no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos,** quando praticadas as seguintes condutas previstas no incisos II a VII do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b)** dar causa à inexecução total do contrato;
- c)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**19.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos,** quando da prática de condutas mencionadas no subitem anterior, que justifiquem neste caso a imposição de penalidade mais grave, além das seguintes:

- a)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**19.4.** A multa de que trata o subitem 18.1.2 será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas à União mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida através do site [www.stn.fazenda.gov.br/siafi](http://www.stn.fazenda.gov.br/siafi), LINK: Guia de Recolhimento da União > Impressão - GRU > UG: 080003; GESTÃO: 00001; RECOLHIMENTO CÓDIGO: 18831-0, ou cobradas judicialmente.

**19.4.1.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, nos seguintes prazos e moldes extraídos da Lei nº 14.133/2021:**

**a) A aplicação das sanções acima descritas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.**

**b) Na aplicação da sanção de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, será facultada a defesa do interessado/recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, devendo ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.**

**c) Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar que se encontra prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.**

**d) tanto o recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, que será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.**

**e) A aplicação das sanções previstas nos subitens 18.1.2.2 e 18.1.2.3 acima observarão, dentre outras normas, o que reza o Art. 158, Lei nº 14.133/2021.**

**f) É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade nos moldes previstos no Art. 163, Lei nº 14.133/2021.**

**19.6. Na aplicação das sanções serão considerados:**

**I - a natureza e a gravidade da infração cometida;**

**II - as peculiaridades do caso concreto;**

**III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;**

**IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;**

**V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.**

**19.7. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste Termo de Contrato serão obrigatoriamente registradas no SICAF e precedida de regular processo administrativo, onde será assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.**

**19.7.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**19.7.1.1.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas **não** consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, **seguirão seu rito normal na unidade administrativa**.

**19.7.1.2.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**19.8.** O **Contratante** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, **informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas**, para fins de **publicidade** no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)**, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. **(Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)**.

**19.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**19.10.** Os débitos do contratado para com o TRIBUNAL, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo TRIBUNAL decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com este TRIBUNAL, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS DO CONTRATO.**

**20.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da **data do orçamento estimado**.

**20.2.** Após o interregno de um ano, e desde que haja pedido do CONTRATADO, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo TRIBUNAL, do Índice de Custo de Tecnologia da Informação/ICTI., do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme estabelece a Lei n.º 14.133/2021 em seu artigo 25, §7º, que fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento .

**20.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**20.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o TRIBUNAL pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**20.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**20.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**20.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**20.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**20.9.** Recebido o requerimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deste contrato, a autoridade competente deste Tribunal decidirá, motivadamente em 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DO(S) OBJETO(S)**

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**21.1.** Será exigida da CONTRATADA a apresentação à Secretaria Administrativa, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato,

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)**

**21.1.1.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento), tal como descrito nas cláusulas do contrato.

**21.2.** No caso de opção pelo seguro-garantia, na forma da Circular SUSEP n. 251/2004, será conferido ao CONTRATADO o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, sendo um dia contabilizado para a entrega do termo de contrato assinado pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, quinze dias reservado à manifestação da proposta pela sociedade seguradora e um dia para a comprovação e entrega do seguro-garantia perante o CONTRATANTE, com a devida apresentação à Secretaria Administrativa.

**21.3.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá conter as seguintes cláusulas:

Ter validade durante a execução do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, para verificação do total adimplemento do contratado e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas, conforme estabelecido no art. 97, da Lei nº 14.133; Contemplar expressamente os seguintes riscos mínimos:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos diretos causados ao TRT8 ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

c) Multas contratuais aplicadas pelo TRT8 à CONTRATADA;  
d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

Contemplar, expressamente, e-mail da seguradora para envio de mensagem eletrônica como forma de comunicação para aviso de expectativa e reclamação de sinistro;

1. Definição clara de prazos para envio do aviso de expectativa e reclamação de sinistro;

2 Definição expressa do tratamento de conflito de interesses das partes.

**21.3.1.** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**21.3.2.** Não será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, salvo se mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, conforme consta do parágrafo único do Art. 97 da Lei nº 14.133.

21.2.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração, conforme consta do § 2º do Art. 96 da Lei nº 14.133.

**21.4.** Ainda no Caso da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**21.5.** Caso utilizada outra modalidade de garantia diferente do seguro-garantia, somente será liberada ou restituída, após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PREGÃO.**

**22.1.** Ficam vinculados a este Instrumento todos os termos do **Pregão Eletrônico nº 90010/2026** e seu(s) anexo(s)/apenso(s), além da proposta vencedora apresentada no certame pela contratada.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA NULIDADE DOS CONTRATOS**

**23.1.** Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos, previstos no **CAPÍTULO XI da Lei nº 14.133/2021**:

**I** - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

**II** - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

**III** - motivação social e ambiental do contrato;

**IV** - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**V** - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços/objetos já executados/fornecidos;

**VI** - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

**VII** - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

**VIII** - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

**IX** - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

**X** - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

**XI** - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

**23.1.1.** Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

**23.2.** A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do **art. 147 da Lei Nº 14.133/2021**, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

**23.2.1.** Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

**23.2.2.** Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

**23.3.** A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

**23.4.** Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

**24.1.** Quaisquer discrepâncias, omissões e/ou erros encontrados, bem como transgressões às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor deverão ser imediatamente comunicados por escrito ao T.R.T. 8ª Região, de forma a serem sanadas.

**24.2.** As controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato, assim como os casos omissos, serão decididos pelo TRIBUNAL, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor -e normas e princípios gerais dos contratos.

**24.3.** É vedada a intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

**24.4.** Contratante e contratada ficam obrigados a cumprirem o disposto na **Portaria PRESI nº 279/2022** (estabelece as normas de conduta ética, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho - TRT8, a serem seguidas por magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores) contida no link <https://www.trt8.jus.br/comissao-de-etica/codigo-de-conduta-no-relacionamento-com-colaboradores-prestadores-de-servicos-e>

**24.5.** O CONTRATADO, através do **endereço de e-mail válido**, fornecido no ato da contratação, compromete-se a receber todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo TRIBUNAL.

**24.6.** O CONTRATADO ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - LGPD . DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**25.1.** A CONTRATADA declara conhecer e cumprir todas as leis vigentes envolvendo proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, comprometendo-se, assim, a limitar a utilização dos dados pessoais a que tiver acesso apenas para execução dos serviços deste Contrato, abstendo-se de utilizá-los em proveito próprio ou alheio, para fins comerciais ou quaisquer outros.

**25.2.** O TRT8 e a CONTRATADA reconhecem que, como parte da execução do Contrato, armazenam, coletam, tratam ou de qualquer outra forma processam dados pessoais na categoria de Controlador para Operador no sentido dado pela legislação vigente aplicável, sendo o TRT8 considerado "Controlador de Dados", e a CONTRATADA "Operadora", e ambos se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

**a)** o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 os quais submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

**b)** o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

**c)** encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pelo Contratante e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo TRT8, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

**25.3.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRT8-Resolução TRT nº 55/2022, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

**25.4.** O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato

**25.5.** O "Encarregado" ou "DPO" da CONTRATADA fica ciente do dever de manter contato formal com o Encarregado do TRT8, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes

**25.6.** A critério do Encarregado de Dados do TRT8, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**25.7.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

**25.8.** A contratada ,além de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, deverão

- a)** assinar contrato ou termo de compromisso com cláusulas específicas sobre proteção de dados pessoais;
- b)** seguir fielmente as diretrizes e instruções emitidas pelo TRT8;
- c)** manter os registros das operações de tratamentos de dados pessoais que realizar;
- d)** quando demandado, apresentar garantias e evidências suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação e em normas do TRT8, inclusive contratuais;
- e)** permitir a realização de auditorias e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
- f)** auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante os titulares de dados pessoais e autoridades competentes;
- g)** comunicar formalmente e de imediato ao Encarregado do TRT8, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança da informação relacionado à proteção de dados pessoais;
- h)** eliminar ou devolver para o TRT8, todos os dados pessoais relacionados à execução contratual e as cópias existentes, após o término contratual;
- i)** facultar acesso a dados pessoais somente ao pessoal autorizado que tenha estrita necessidade, treinamento adequado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança dos dados pessoais;

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA- DO FORO.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**26.1.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro de Belém, Capital do Estado do Pará.

**26.2.** Assim, para firmeza e validade do que foi avençado, foi o presente Contrato lavrado no Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, o qual depois de lido e achado de acordo, vai assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

**Belém (PA), XXX de XXX de 2026.**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**PRESIDENTE DO TRIBUNAL**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Contratada**